



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**“CURA GAY” RELIGIOSA: ANÁLISES A PARTIR DOS DISCURSOS
PRODUZIDOS PELA LITERATURA E AS EXPERIÊNCIAS DE LÉSBICAS, GAYS
E BISEXUAIS NO NORTE DO BRASIL**

ANA PAULA PEREIRA NABERO

MANAUS

2023

ANA PAULA PEREIRA NABERO

**“CURA GAY” RELIGIOSA: ANÁLISES A PARTIR DOS DISCURSOS
PRODUZIDOS PELA LITERATURA E AS EXPERIÊNCIAS DE LÉSBICAS, GAYS
E BISSEXUAIS NO NORTE DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, vinculada à linha de Processos Psicológicos e Saúde, para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Breno de Oliveira Ferreira

MANAUS

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

N115c Nabero, Ana Paula Pereira
"Cura gay" religiosa: análises a partir dos discursos produzidos pela literatura e as experiências de lésbicas, gays e bissexuais no Norte do Brasil / Ana Paula Pereira Nabero . 2023
109 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Breno de Oliveira Ferreira
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicológicos e Saúde) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Terapias de Reorientação Sexual. 2. Terapias de Conversão Religiosa. 3. "Cura" Gay. 4. Orientação Sexual. 5. Psicologia. I. Ferreira, Breno de Oliveira. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

“CURA GAY” RELIGIOSA: ANÁLISES A PARTIR DOS DISCURSOS
PRODUZIDOS PELA LITERATURA E AS EXPERIÊNCIAS DE LÉSBICAS, GAYS
E BISSEXUAIS NO NORTE DO BRASIL

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Breno de Oliveira Ferreira
Universidade Federal do Amazonas
Presidente/Orientador

Prof^a. Dr^a. Consuelena Lopes Leitão
Universidade Federal do Amazonas
Membro titular interno

Prof^a. Dr^a. Adriane das Neves Silva
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Membro titular externo

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Cássio Luis Nabero e Ana Lúcia Serrão Pereira por terem me apoiado frente todas as dificuldades que encontrei neste percurso e me acolhido independentemente do desfecho desta jornada.

Ao meu amor, Ronaldo Braga Dantas Filho, que esteve ao meu lado durante todos os nuances que o processo de escrita me desperta e me amparou e fortaleceu nos momentos em que mais precisei.

A todos os demais familiares e amigos que compreenderam as minhas ausências enquanto buscava pela conclusão deste estudo. A paciência e apoio a que ofereceram à minha jornada foi fundamental neste processo.

Ao meu orientador, Dr. Breno Ferreira de Oliveira, que me auxiliou neste processo, tornando o processo de escrever um processo de descobrir-se e revelar ao mundo algumas compreensões. Suas palavras de incentivo e suporte frente às minhas inquietudes foram indispensáveis nesta caminhada.

A todos os professores do PPGPSI que investiram e contribuíram para minha formação e aos colegas de Mestrado pelas trocas de experiências incríveis e incentivos constantes uns aos outros durante este percurso.

Aos/as colaboradores/as desta pesquisa, que comigo compartilharam suas histórias, anseios, sofrimentos e superações possibilitando o desenvolvimento deste estudo. Sem vocês nada disso seria possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM que subsidiou este estudo, promovendo ciência e inclusão no Norte deste país.

RESUMO

No Brasil dos séculos XIX e XX, o discurso das ciências *psi* referente a gênero e sexualidade introduziram na sociedade a ideia de que as expressões, identidades de gênero e orientações sexuais divergentes da cis-heteronormatividade seriam passíveis de “cura” e “transformação”. A temática dessa dissertação insere-se em um amplo e complexo campo em que se enlaçam Sexualidade, Religião e Psicologia. No primeiro estudo, descrevemos o percurso realizado por este discurso, assim como a apropriação e uso de parte dele por políticos e religiosos cristãos, considerando suas propriedades plurais enquanto fenômeno social, através das contribuições da Análise do Discurso Foucaultiana. Já no segundo estudo, de abordagem qualitativa, do tipo descritivo-exploratório, buscou-se compreender os diferentes desfechos e efeitos emergentes nas experiências narradas por oito jovens autoidentificados como lésbicas, gays ou bissexuais, a partir de inspirações advindas dos pressupostos de Michel Foucault (2004, 2014) sobre o dispositivo da sexualidade e subjetivação para discussão dos resultados. Ao longo das análises, demarcamos a importância da Psicologia na compreensão das consequências contemporâneas de um discurso patologizante produzido justamente pelas ciências *psi*. Percebeu-se que existe a manutenção de perspectivas preconceituosas e aniquiladoras das existências lésbicas, gays e bissexuais, das quais as igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais aqui estudadas promovem e compartilham. Uma estrutura rígida de vigilância, controle e punição que através de tecnologias e relações específicas de poder atravessam corpos, subjetivam sujeitos e produzem apagamentos e violências. Dessa forma, ter vivido experiências de “cura” gerou efeitos negativos na saúde mental dos/as colaboradores/as deste estudo, causando danos em seu autoconceito, suas emoções e perspectivas de futuro, e ensejando intenso sofrimento - capaz de influenciar em ideias e tentativas de suicídio. Por fim, acredita-se ser possível articular intervenções mais adequadas à realidade e ao contexto experimentado por elas, e principalmente, auxiliando na promoção de saúde mental enquanto dispositivo ético e político de cuidado.

Palavras-chave: Terapias de Reorientação Sexual, Terapias de Conversão Religiosa, “Cura” Gay, Orientação Sexual, Psicologia.

ABSTRACT

In Brazil in the 19th and 20th centuries, the discourse of psi sciences regarding gender and sexuality introduced into society the idea that expressions, gender identities and sexual orientations divergent from cis-heteronormativity would be subject to “cure” and “transformation”. The theme of this dissertation falls within a broad and complex field in which Sexuality, Religion and Psychology are intertwined. In the first study, we describe the path taken by this discourse, as well as the appropriation and use of part of it by Christian politicians and religious people, considering its plural properties as a social phenomenon, through the contributions of Foucauldian Discourse Analysis. In the second study, with a qualitative, descriptive-exploratory approach, we sought to understand the different outcomes and emerging effects in the experiences narrated by eight young people self-identified as lesbian, gay or bisexual, based on inspirations arising from the assumptions of Michel Foucault (2004, 2014) on the device of sexuality and subjectivation to discuss the results. Throughout the analyses, we highlighted the importance of Psychology in understanding the contemporary consequences of a pathologizing discourse produced precisely by the psi sciences. It was noticed that there is the maintenance of prejudiced and annihilating perspectives of lesbian, gay and bisexual existences, which the evangelical Pentecostal and neo-Pentecostal churches studied here promote and share. A rigid structure of surveillance, control and punishment that, through technologies and specific power relations, crosses bodies, subjectivizes subjects and produces erasure and violence. Thus, having lived “healing” experiences generated negative effects on the mental health of the collaborators in this study, causing damage to their self-concept, their emotions and future perspectives, and causing intense suffering - capable of influencing ideations and attempts of suicide. Finally, it is believed that it is possible to articulate interventions that are more appropriate to the reality and context experienced by them, and mainly, helping to promote mental health as an ethical and political care device.

Keywords: Sexual Reorientation Therapies, Religious Conversion Therapies, Gay “cure”, Sexual Orientation, Psychology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ESTUDO 2

Figura 1: Mapa Conceitual

57

LISTA DE TABELAS

ESTUDO 2

Tabela 1: Apresentação dos colaboradores	54
Tabela 2: Subtemas da Construção de verdades para controle dos corpos	58
Tabela 3: Subtemas da Produção de Sexualidades	62
Tabela 4: Subtemas das Tentativas de “Cura”	67
Tabela 5: Subtemas de Resistências	71
Tabela 6: Subtemas de Efeitos na Saúde Mental	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
REFERÊNCIAS	19
ESTUDO 1 – “CURA GAY” E “TERAPIAS DE CONVERSÃO RELIGIOSA”: O QUE A PSICOLOGIA TEM A VER?	23
RESUMO	23
OS DISCURSOS CIENTÍFICOS DOS SÉCULOS XIX E AS TERAPIAS DE REVERSÃO SEXUAL	26
O DISCURSO CIENTÍFICO DO SÉCULO XXI E A DESPATOLOGIZAÇÃO DAS EXISTÊNCIAS LGBTI+	30
O DISCURSO RELIGIOSO CRISTÃO DO SÉCULO XXI E AS TERAPIAS DE CONVERSÃO RELIGIOSA NO BRASIL	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
AGRADECIMENTOS	43
REFERÊNCIAS	43
ESTUDO 2 – “CURA” PENTECOSTAL E NEOPENTECOSTAL: EXPERIÊNCIAS DE LÉSBICAS, GAYS E BISSEXUAIS NO NORTE DO BRASIL	48
RESUMO	48
1 MÉTODO	52
2 RESULTADOS E DISCUSSÃO	54
2.1 CONSTRUÇÃO DE VERDADES PARA CONTROLE DOS CORPOS	58
2.2 PRODUÇÃO DE SEXUALIDADES	62
2.3 TENTATIVAS DE “CURA”	67
2.4 RESISTÊNCIAS	70
2.5 EFEITOS NA SAÚDE MENTAL	74

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
AGRADECIMENTOS	81
REFERÊNCIAS	81
CONCLUSÃO	88
ANEXOS	91
ANEXO 1– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	92
ANEXO 2 – Questionário sociodemográfico	96
ANEXO 3 – Instrumento de entrevista	98
ANEXO 4 – Declaração	99
ANEXO 5 – Parecer do CEP/UFAM	100

1. INTRODUÇÃO

A temática dessa dissertação insere-se em um amplo e complexo campo em que se enlaçam Sexualidade, Religião e Psicologia. O século XXI é um tempo histórico demarcado por mudanças sociais no que tange a concepção da sexualidade humana que ocorreram a partir de movimentos sociais, científicos e políticos. Dentre essas mudanças, destacamos neste estudo a despatologização das homossexualidades. O reconhecimento oficial da Psicologia de que a diversidade de orientação sexual não constitui doença foi fundamental para combater estigmas sociais relacionados às homossexualidades. Isso porque a produção do conhecimento na área da Psicologia orienta psicólogos, juristas, operadores do direito, assistentes sociais, psiquiatras, pedagogos, entre outros, fundamentando resoluções jurídicas e políticas públicas (Gama, 2019; Zambrano, 2006).

No Brasil, e também internacionalmente, a Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) ganhou notório destaque no movimento de despatologização das homossexualidades. Nela, definem-se as condutas de profissionais de Psicologia frente à diversidade de orientação sexual, destacando o veto às práticas de qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas ou ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos (CFP, 1999). No passado, as ciências *psis* (psicologia, psiquiatria e psicanálise) empreenderam papel determinante na patologização das homossexualidades e, atualmente, ensejam a despatologização das mesmas.

No entanto, o deslocamento social em direção a essas mudanças não ocorre sem resistências e ações contrárias. Movimentos conservadores, principalmente de líderes políticos e religiosos, buscam manter as existências lésbicas, gays e bissexuais em um espaço social interdito. Especificamente no que concerne a despatologização das homossexualidades, encontra-se uma disputa em torno da resolução 01/1999 na qual estas lideranças buscam

promover a autorização de práticas de reorientação sexual através de psicoterapia, a publicamente conhecida como “cura gay” (Gama, 2019).

Essa disputa se estende a própria categoria dos psicólogos. A partir dessa ausência de consenso, existe um movimento de “psicólogos cristãos” que busca continuar a promover terapias de reorientação das homossexualidades. Atores como Rosangela Justino, Marisa Lobo e Silas Malafaia que defendem publicamente estas práticas estão também associados a religiões cristãs, sobretudo, evangélicas pentecostais e neopentecostais (Macedo, 2018). Chama-nos a atenção o protagonismo dessas religiões nestas disputas.

Para Gama (2019) existem duas visões antagônicas sobre a sexualidade neste contexto. Os atores evangélicos referidos que consideram a homossexualidade como pecado, perversão, enquanto outros parlamentares, feministas e representantes dos direitos humanos, consideram-na como manifestação natural da diversidade sexual. A grande problemática percebida aqui é a inserção de dogmas religiosos no âmbito das regulamentações legislativas e profissionais psicológicas, contrariando inclusive a laicidade do Estado. Para além dessa macroestrutura, destacamos que esse fenômeno também ocorre nas esferas microfísicas da sociedade.

Estudos como os de Natividade (2013), Silva (2017) e Alves e Assunção (2022) demonstraram que nos meios sociais e instituições religiosas evangélicas pentecostais e neopentecostais encontram-se tentativas de “reversão” de homossexualidades a partir da conversão religiosa. Silva (2017), por exemplo, ao investigar a trajetória de vida de pessoas que se autoidentificam como “ex-homossexuais”, recrutou seus participantes exclusivamente no meio religioso evangélico, ainda que nenhum recorte prévio de vertente cristã tenha sido feito. Já nos estudos que se propõem a analisar os discursos acionados por religiosos pentecostais e neopentecostais acerca da “cura” das homossexualidades, se observou que seus líderes tendem a demonizar a homossexualidade em si, concebendo-a enquanto conduta

amoral, manifestação de espíritos malignos e a pessoa homossexual como possuída ou influenciada pelo demônio. A salvação, portanto, estaria na conversão à religião, concebida como libertadora. Lideranças religiosas pentecostais e neopentecostais coadunam também com a ideia de que as homossexualidades configuram doença, passível de ser transmitida para outras pessoas, além de associarem essas expressões de sexualidade a consequências de traumas psicológicos (Natividade, 2006; Mesquita e Perucchi, 2016; Novaes, 2021). No estudo de Silva (2017), percebeu-se que no discurso de “ex-homossexuais” encontravam-se principalmente explicações psicológicas para sua orientação sexual, concebendo-a como aprendizagem e também como fruto do ambiente.

Ao acionarmos o conceito de “cura” pentecostal e neopentecostal, referimo-nos especificamente às curas de homossexualidade, contudo, a “cura” está inserida em uma teologia mais ampla e imbricada nas concepções patologizantes ora endossadas pelas ciências *psis*. Importante também destacar que ao falarmos em evangélicos pentecostais e neopentecostais estamos nos referindo a uma expressão plural de religiosidade, uma vez que existem centenas de milhares de matrizes pentecostais no Brasil. É um cenário multifacetado, com ampla gama de perspectivas teológicas e organizacionais (Almeida, 2021).

O movimento pentecostal no Brasil pode ser dividido, segundo Freston (1994) e comentadores de sua obra, em três ondas: a primeira onda denominada *pentecostalismo clássico*, a segunda onda *deuteropentecostalismo* e a terceira onda denominada *neopentecostalismo* (Almeida, 2021).

O pentecostalismo clássico (primeira onda), demarcado em 1910, possui como principais representantes as igrejas Congregação Cristã no Brasil e Assembleia de Deus. De início, na condição de grupos religiosos minoritários, ambas as igrejas caracterizaram-se pelo anticatolicismo, inflexibilidade aos outros pontos de vista (sectarismo) e rejeição ao “mundo”

como desenvolvimento espiritual. No plano teológico, enfatizaram o dom de línguas (glossolalia) como símbolo do Espírito Santo (Mariano, 2004).

O deuteropentecostalismo (segunda onda), com início demarcado em 1950, tem como principal representante a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ). Esse movimento se caracterizou pela ênfase teológica à cura divina, atendendo a um apelo às necessidades de cura física e psicológica da população. Sobre a questão teológica, não há distinções significativas entre as duas primeiras ondas (Mariano, 2004).

O neopentecostalismo (terceira onda) tem início demarcado no final dos anos 1970, tendo como principal representante a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Possui uma linha religiosa baseada na tríade cura-exorcismo-prosperidade, além de caráter sincrético (mistura de várias religiões) e mágico, incorporando objetos e rituais como mediação do sagrado. Diante das realidades de sofrimento que caracterizam a sociedade moderna, sobretudo em centros urbanos, essas igrejas oferecem espaços de solidariedade e acolhimento, gerando um senso de dignidade entre os fiéis (Mariano, 2004; Almeida, 2021).

No plano teológico, o neopentecostalismo caracteriza-se por enfatizar Teologia do Domínio, que consiste de uma guerra espiritual contra o diabo e seus representantes na Terra, e pela Teologia da Prosperidade, difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos. É a vertente pentecostal em maior expansão atualmente e ocupa o maior espaço na televisão brasileira, seja como proprietária de emissoras ou como produtora de programas de televangelismo. As igrejas neopentecostais revelam-se, entre as pentecostais, as mais inclinadas a acomodarem-se à sociedade contemporânea e a seus valores, práticas e interesses (Mariano, 2004).

No Brasil, a religião evangélica está em expansão em número de fieis. Cresce em ocupação territorial e em influência política no Estado, tendo influência em eleições presidenciais e até mesmo sendo constituída uma Frente Parlamentar Evangélica. É inclusive

na região Norte do país, especificamente no Pará que uma das primeiras Igrejas Evangélicas foi fundada (Costa, 2021). O Norte também é, inclusive, a região com o maior crescimento percentual de evangélicos (Datafolha, 2020).

A expansão dessa religião de maneira rápida protagoniza uma mudança do cenário religioso do país, o que despertou interesse em diferentes pesquisadores. Alguns acreditam que essa expansão seja fruto de uma resposta à modernização da sociedade, outros associam ao forte papel social que desempenham essas instituições (Mariano, 2011). O fato é: é uma vertente religiosa em franca expansão no país, que reserva consigo grande poder político e que, somado a isto, enseja políticas públicas e práticas religiosas que vão em desencontro com os avanços nos direitos de lésbicas, gays e bissexuais.

Este debate demonstra a necessidade de investigação das perspectivas religiosas no que se refere à sexualidade no Brasil contemporâneo. Importante ressaltar que existem transformações no panorama religioso brasileiro em relação à temáticas pertinentes à esfera da sexualidade – como, por exemplo, a exigência de fidelidade para homens e mulheres, indicando uma minimização da assimetria entre os gêneros (Machado, 1996; Fernandes et al., 1998). Contudo, no contexto evangélico, em questões como a homossexualidade ainda ainda existe expressiva impermeabilidade à mudança (Mafra, 1998).

Ainda assim, os campos sociais não são rígidos e estão sempre em constante transformação. Existem nestas vertentes religiosas, igrejas que se propõem a serem inclusivas e acolhedoras com lésbicas, gays e bissexuais, essas são as denominadas Igrejas Inclusivas (Natividade, 2010). Ademais as fronteiras entre as diferentes teologias são mutáveis, diluem-se tornando doutrinas cada vez mais similares entre as diferentes denominações evangélicas existentes nos dias atuais (Cunha, 2008).

É preciso salientar ainda que os efeitos da ascensão evangélica neopentecostal no Brasil são gradativos e dispersos. A influência das lideranças religiosas sobre seus fiéis é

heterogênea. Existem distinções entre os posicionamentos dos líderes políticos e religiosos e os posicionamentos de seus seguidores, não sendo pertinente realizar generalizações. Ainda assim, as Igrejas são capazes de atuar de forma a circunscrever os modos de produção de subjetividades em consonância aos seus dogmas (Valério, 2004; Casarões, 2020).

Concebemos, assim como preconiza Michel Foucault (1979, 1996, 2012), que os discursos que circulam na sociedade, para além de sua propriedade linguística, possuem caráter de fenômeno social. No decorrer da história, a sexualidade foi – e permanece sendo – alvo de produção de diferentes discursos advindos de instituições “autorizadas” a proferi-los, como as instituições religiosas e também científicas. Estes discursos detêm consigo um caráter de poder – uma vez que são capazes de representar verdades sociais –, se inscrevem nos corpos e passam a produzir, através do intermédio dos sujeitos, subjetividades.

No século XIX houve um *boom* de práticas *psis* que buscavam reorientar pessoas LGB, contudo, essas práticas se mostraram fortemente prejudiciais e donosas à saúde mental com repercussões sociais até os dias atuais (Garcia e Mattos, 2019). Foi a partir da observação desse sofrimento psíquico que entrei em contato com o campo. Na minha prática clínica, ouvi relatos de pessoas LGB que passaram por experiências traumáticas de tentativa de cura e exorcismos religiosos, o que me imbuí de responsabilidades para compreender melhor o fenômeno não só nos atendimentos individuais, mas também no contexto da pesquisa. Ao adentrar neste campo, percebi o quanto ele revelou ser cada vez mais complexo, ultrapassando as relações interpessoais e se materializando nas estruturas da nossa sociedade.

Enquanto psicóloga oriento meu trabalho em função da promoção de saúde mental. Busco, conforme os indicativos do CFP, promover uma prática crítica, compreendendo o contexto cultural e social que envolvem as histórias que atravessam meu caminho. Busco ainda compreender os determinantes de sofrimento psíquico que atravessam a sociedade em que vivemos. E em meio a esta jornada, encontrei esta temática: Lésbicas, Gays e Bissexuais

que possuíram em suas histórias de vida atravessamentos religiosos que ensejaram sofrimento físico e emocional.

Dessa forma, o presente estudo busca investigar os desdobramentos do discurso religioso evangélico pentecostal e neopentecostal acerca de “cura” das homossexualidades em experiências de lésbicas, gays e bissexuais no Norte do Brasil. Para tanto, desenvolveu-se em dois momentos: inicialmente em estudos acerca destes discursos expostos na literatura e em segundo momento um estudo de campo acerca deste discurso nas experiências de lésbicas, gays e bissexuais (LGB).

REFERÊNCIAS

- Almeida, T. B. (2021). História do Pentecostalismo Brasileiro: origem, crescimento e expansão. *REPAS*, 8(8).
- Alves, A., & Assunção, M. (2022). Em Nome De Que Deus? Servidão Psicológica, Discurso Pastoral e Terapias de Conversão. *Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas*, 6 (12), 193-212. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/28323>
- Casarões, G. (2020). Religião e poder: a ascensão de um projeto de nação evangélica no Brasil. *Revista Interesse Nacional*, v. 13, n. 49, p. 9-16.
- Conselho Federal de Psicologia. *Resolução CFP nº 01, de 22 de março de 1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. *Resolução n. 01/2018, de 29 de janeiro de 2018*. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. *Resolução n. 8, de 17 de maio de 2022*. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. <https://site.cfp.org.br/cfp-publica-resolucao-sobre-bissexualidades/>
- Costa, M. C. C. (2021). Implantação E Avanço Do Pentecostalismo Na Amazônia Maranhense: As Assembleias De Deus Em Imperatriz E Na Região Sul Do Maranhão (1952-1984). *Estudos Teológicos*, 61(1), 110-125.

- Cunha, M. (2008). “A Serviço do Rei”. Uma Análise dos Discursos Cristãos Midiatizados. *Revista de Estudos da Religião*, pp 46-68.
- Datafolha (2020, 13 de janeiro). Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. *Folha de São Paulo*. url: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>
- Fernandes, R. et al. (1998). *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na Igreja e na política*. Rio de Janeiro, Mauad.
- Foucault, M. (1979) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Foucault, M. (1996). *Ordem do discurso* (Vol. 1). Edições Loyola.
- Foucault, M. (2010). *O sujeito e o poder*. In: Dreyfus, Hubert L.; Rabinow, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freston, P. (1994). *Breve histórico do Pentecostalismo no Brasil*. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 70-72
- Gama, M. C. B. D. (2019). Cura gay? Debates parlamentares sobre a (des) patologização da homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 4-27.
- Garcia, M. R. V., & Mattos, A. R. (2019). “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des) Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39.
- Gonçalves, A. O. (2019). Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. *Religião & Sociedade*, 39, 175-199.

- Levai, G. (2021). A “correção” dos “transtornos do instinto”: experimentos e terapias hormonais no início do século XX. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, (33), 40–63. <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2021.31869>
- Macedo, C. M. R.. (2017). “Cura Gay” em contextos evangélicos: tensionamentos, deslocamentos e transformações. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis.
- Macedo, C. M. R., & Sívori, H. F. (2018). Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(4), 1415-1436.)
- Machado, M. (1996), Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar. Campinas, Autores Associados/ Anpocs
- Machado, M. D. D. C. (2013). Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. *Revista Cultura y Religión*, 7(2), 48-68.
- Mafra, C. (1998). “Gênero e estilo eclesial entre os evangélicos”. In: R. C. Fernandes et al. (orgs.), *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na Igreja e na política*, Rio de Janeiro, Mauad.
- Mariano, R. (2004). Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos avançados*, 18, 121-138. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300010>
- Mariano, R. (2011). Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço. *Perspectiva Teológica*, 43(119), 11-11.
- Matos, A. S. (2006). O Movimento Pentecostal: Reflexões A Propósito do Seu Primeiro Centenário. *Revista Fides Reformata XI*, Nº 2. São Paulo, 2006, 23-50. p. 24
- Mesquita, D. T., & Perucchi, J. (2016). Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade*, 28, 105-114.

- Natividade, M. (2006). Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21, 115-132.
- Natividade, M. (2010). Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 30 (2), 90-121.
- Natividade, M., & Oliveira, L. (2013). *As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Novaes, M. O. (2021). “Cura gay”: psicologia, política e religião, perspectivas em torno da problemática. *Revista Periódicus*, 2(16), 113-125.
- Santos, L. D. R. S., & da Silva, R. C. (2023). Estado-sociedade: ascensão evangélica à estrutura institucional do Estado brasileiro. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, 1(1).
- Silva, O. (2017). *Trajetórias de vida e mudança de identidade sexual: Quando não se encontra o pote de ouro no final do arco-íris*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Simões, Júlio & Facchini, Regina. (2008). *Na trilha do arco-íris. Do movimento homossexual ao LGBT* São Paulo: Perseu Abramo.
- Trindade, S. B. (2019). O Discurso da “Cura Gay” nas Igrejas Neopentecostais. *REFLEXUS-Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões*, 13(22), 531-552.
- Valério, M. E. (2004). Foucault pensando a religião. *Mneme - Revista De Humanidades*, 5(10). <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/209>
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades "impensáveis": Pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12,123-147.

ESTUDO 1

“CURA GAY” E “TERAPIAS DE CONVERSÃO RELIGIOSA”: O QUE A PSICOLOGIA TEM A VER?

“GAY HEALING” AND “RELIGIOUS CONVERSION THERAPIES”: WHAT DOES PSYCHOLOGY HAVE TO DO WITH IT?

RESUMO

No Brasil dos séculos XIX e XX, o discurso das ciências *psi* referente a gênero e sexualidade introduziram na sociedade a ideia de que as expressões, identidades de gênero e orientações sexuais divergentes da cis-heteronormatividade seriam passíveis de “cura” e “transformação”. Neste ensaio, descrevemos o percurso realizado por este discurso, assim como a apropriação e uso de parte dele por políticos e religiosos cristãos, considerando suas propriedades plurais enquanto fenômeno social. Esse discurso também foi utilizado em práticas de “conversões religiosas” promovidas por Igrejas Cristãs, além de projetos e leis que circulam no Congresso Nacional dificultando a promoção de direitos LGBTI+. Através das contribuições da Análise do Discurso Foucaultiana, buscamos tornar visíveis a materialidade e as relações saber-poder circunscritas em torno do fenômeno da “cura gay” e “terapias de conversão religiosa”, demarcando que interessa à Psicologia a compreensão das consequências contemporâneas de um discurso patologizante produzido justamente pelas ciências *psi*.

Palavras-chave: Religião; Psicologia; Discurso; Gênero; Sexualidade.

Em *A Ordem do Discurso*, livro produzido nos anos de 1970, Foucault questionou: “o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 2007, p. 8). Historicamente, os discursos são controlados, organizados e distribuídos segundo regimes de verdade que visam afastar tanto os poderes quanto os perigos. Nesse contexto, o presente estudo analisa elementos concernentes ao campo da Psicologia a partir das relações discursivas entre religião, política e direitos sexuais.

As manifestações de gênero e sexualidade humana ocorrem de maneira diversa desde os primórdios da espécie e o que parece se modificar ao passar dos anos são os discursos que circundam tais manifestações (Ceccarelli, 2011). Rotulados de “sodomitas” após o advento do Cristianismo, acusados de “atentado ao pudor” pelo poder judiciário e categorizados como “doentes mentais” pelas ciências *psi* (Psicanálise, Psiquiatria e Psicologia), pessoas LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero existentes) experimentam em suas histórias de vida as consequências de diferentes discursos acerca de suas existências (Molina, 2018).

No Brasil, entre os séculos XIX e XX, as ciências *psi* introduziram na sociedade a concepção de diversidade de orientação sexual e identidade de gênero enquanto um “desenvolvimento patológico” da sexualidade humana, considerada passível de “cura” e “transformação”. Essa concepção científica resultou em décadas de práticas denominadas “Terapias de Reversão Sexual”, que tinham como objetivo promover “o retorno” a uma suposta cis-heterossexualidade (Garcia & Mattos, 2019).

Contudo, ainda no século XIX, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) demarcou o posicionamento de “despatologização” dessas identidades como a reparação de um grave erro histórico, que produziu estigmas, sofrimentos e violências. No entanto, a concepção patologizante ora disseminada em âmbito científico foi deslocada de seu campo discursivo e

compreendida no campo associado às religiões cristãs, sobretudo de vertentes evangélicas pentecostais e neopentecostais, que em sua maioria, emergem de movimentos políticos neoliberais de extrema direita (CFP, 1999; Gonçalves, 2019).

Já no contexto religioso, esse discurso vem sendo utilizado em processos descritos como “Terapias de Conversão Religiosa”. As práticas igualmente prometem a pessoas LGBTI+ a possibilidade de uma existência cis-heteronormativa. No entanto, essa possibilidade só seria atingida através de práticas religiosas. E no âmbito político, esse mesmo discurso é acionado no Congresso Nacional através de projetos de leis que visam legitimar e garantir essas práticas religiosas (Quintão, 2017; Gonçalves, 2019).

A Psicologia, ao longo dos 60 anos de regulamentação no Brasil enquanto ciência e profissão, tem hoje o compromisso ético e político com a diversidade humana e suas diferentes expressões na sociedade, assegurando o seu fazer a partir da autonomia e o bem-viver coletivo, individual, e reconhecendo as sexualidades e identidades como constitutivas das subjetividades de cada pessoa (Bicalho, 2022).

Dessa maneira, o presente estudo buscou compreender os movimentos realizados pelo discurso patologizante, que historicamente foi proferido pelo saber psicológico, na sociedade brasileira. E para tanto, observamos e procuramos descrever os caminhos traçados por esse discurso, assim como a apropriação e uso de parte dele por líderes políticos e religiosos cristãos. Buscamos na literatura discursos das ciências *psi* referentes a gênero e sexualidade, bem como os aspectos assimilados e incorporados a discursos religiosos na atualidade.

A fim também de demarcar o caráter social dos discursos, utilizamos as concepções da Análise do Discurso Foucaultiana e de comentadores de suas obras. Procuramos deixar visíveis as relações saber-poder que permitem e proíbem nos dias atuais a circulação de discursos capazes de promover a popularmente denominada “cura gay”, evidenciando o local da Psicologia nesse processo.

Os Discursos Científicos dos Séculos XIX e XX e as Terapias de Reversão Sexual

Para dar início à reflexão proposta, situamos os discursos das ciências *psi* no século XIX. Na época, os estudos sobre gênero e sexualidade foram marcados por trabalhos de Sigmund Freud e de sexólogos importantes, como Karl Heinrich Ulrichs, Magnus Hirschfeld e Richard Von Krafft-Ebing, que deslocaram o debate sobre gênero e sexualidade do campo criminal para o campo do saber científico. As concepções que circulavam na época eram distintas. Hirschfeld afirmava serem as homossexualidades apenas uma dentre as possíveis formas de manifestação da sexualidade, já Freud acreditava que a orientação do desejo sexual era definida por fatores inconscientes e pulsionais. Ainda assim, foi a afirmação de Krafft-Ebing sobre a existência de uma normalidade heterossexual que se tornou um discurso dominante na sociedade (Teixeira-Filho, 2011).

Foi este discurso que passou a disseminar a ideia de uma “natureza” humana guiada por “instintos” e que anunciava a cis-heterossexualidade como desenvolvimento saudável. Tudo aquilo que não se encaixasse na norma cis-heterossexual era considerado patologia (Ceccarelli, 2011). São estes enunciados que inauguram a percepção de que as orientações sexuais e identidades de gênero de pessoas LGBTI+ seriam passíveis de modificação, “tratamento” e “cura” (Garcia & Mattos, 2019).

O discurso dominante proferido pelas ciências *psi* passou, então, a reconhecer o gênero e a sexualidade a partir de uma perspectiva biológica, pressupondo a existência de certa “coerência” entre gênero-sexo-identidade-orientação sexual (Teixeira-Filho, 2011). Não havia, no entanto, um consenso sobre a causa da “anomalia” que afetava as pessoas LGBTI+. Foram postuladas diferentes origens, sendo cogitadas teorias de base endocrinológicas, genéticas e também ambientais para explicar o fenômeno em questão (Garcia & Mattos, 2019).

No Brasil, ainda no século XIX, a primeira publicação que demonstra a circulação desse discurso *patologizante* é a obra “*Attentados ao Pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*”, do professor, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), Francisco José Viveiros de Castro. No livro, o autor apresentou um conglomerado de explicações sobre as origens e causas das homossexualidades, que variavam desde uma origem hereditária a um comportamento adquirido. Essas ideias foram importadas dos discursos de médicos, sexólogos e psiquiatras da Europa que estavam em circulação na época (Green, 1999; Molina, 2018).

No que concerne às expressões transgênero, a literatura demonstra ser no ano de 1910 o registro de sua primeira menção como fenômeno psíquico. A partir de então, também passaram a emergir teorias médicas e sociológicas sobre suas existências (Almeida & Murta, 2013; Tilio, 2018). No âmbito do discurso das ciências *psi*, as transgeneridades foram formalizadas enquanto transtorno psiquiátrico ao serem incorporadas no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-3), em 1980, sob o termo “transexualismo”, sendo, posteriormente, no DSM-4, substituído por Transtorno de Identidade de Gênero (TIG), e era classificado como “incongruência entre o sexo anatômico e a identidade de gênero”. (Tilio, 2018; Áran, Murta & Lionço, 2009).

Ao afirmar que as homossexualidades e transgeneridades configuram psicopatologias, as ciências *psi* instituíram no mundo uma verdade absoluta. Isso porque os discursos científicos são capazes de representar na sociedade aquilo que é verdadeiro e também o que é falso. Através de métodos baseados na “observação, mensuração e classificação”, produzem para o coletivo uma verdade “verificável e útil” (Portella, 2007, p. 5). O discurso considerado verdadeiro carrega consigo efeitos específicos de poder que possibilita a seus detentores o controle dos corpos, formando-os, influenciando e modificando suas maneiras de se comportar (Foucault, 1979).

Sendo assim, associadas aos discursos patologizantes proferidos pelas ciências *psis*, haviam também práticas variadas na tentativa de “reverter” o gênero e a sexualidade à sua condição “normal” cis-heterossexual. Essas práticas traduzem de maneira material o poder e o controle dos corpos associados a este discurso. As vertentes psicológicas da Psicanálise e da Psicologia Comportamental adquiriram protagonismo nesse contexto, concebendo as existências “desviantes” como fruto de uma “falha ambiental” ou como um “comportamento adquirido”. Às práticas *psi* que buscavam a normatização das sexualidades e gêneros, deram-se o nome de Terapias de Reversão Sexual (Garcia & Mattos, 2019).

Entende-se que os discursos científicos tendem a normatizar a sociedade e carregam consigo um efeito particularmente problemático para os sujeitos, conforme aponta Portella (2007), ao afirmar que discursos, enquanto referenciais normativos, como a ciência, costumam gerar violência física ou simbólica. Isso se deve à maneira excludente deste funcionar, uma vez que, para se provar como a norma, necessita livrar-se do que não é verdadeiro. A produção dessas violências é bastante perceptível quando abordamos especificamente a materialidade dessas práticas terapêuticas.

As vertentes associadas à Psicanálise tendiam a tratar a diversidade sexual e de gênero através da psicoterapia. Propunha-se, nesse contexto, um tratamento precoce e tratamento intensivo para as homossexualidades. O primeiro possuía em foco pré-adolescentes, denominados como “pré-homossexuais”, tal intervenção era realizada através de psicoterapia de grupo, objetivando corrigir experiências passadas e atuais que poderiam culminar no “desvio” sexual. O segundo era aplicado quando o quadro evoluía para uma fase “sintomática”, sendo feito um trabalho clínico psicanalítico (Eddine, 2018).

Já as vertentes da Psicologia Comportamental tendiam a trabalhar sob o viés da dessensibilização sistemática para a “reversão” de homossexualidades e transgeneridades. Dentre as técnicas utilizadas, as mais comuns envolviam punição, como, por exemplo, a

exposição a sucessíveis choques elétricos. O objetivo desse tratamento era o enfraquecimento ou extinção de respostas homossexuais com o fortalecimento de respostas heterossexuais (Eddine, 2018). No entanto, as taxas de “sucesso” desses procedimentos se mostraram incipientes (Garcia & Mattos, 2019).

Ainda em 1960, as Terapias de Reversão Sexual já eram criticadas nos Estados Unidos devido ao seu baixo nível de eficácia e efeitos negativos que produziam sobre as pessoas, como ansiedade, culpa pela própria homossexualidade e construção de famílias heteronormativas disfuncionais. O Brasil parece ter seguido a mesma tendência, ainda que com alguns anos de atraso. Em 1980 havia grande circulação de produções científicas patologizantes, momento no qual o *status* de “doença” dessas expressões já era muito questionado na ciência estadunidenses (Garcia & Mattos, 2019; Bicalho, 2022).

Sabemos que a “verdade” produzida pela ciência é “verificável”. O que acontece, então, quando os resultados apontam para outras “verdades”? Isso nos ajuda a pensar sobre essa “contradição” ao afirmar que a verdade não existe. Não há uma verdade absoluta e atemporal imposta nesses discursos, o que existe são verdades plurais, inscritas e construídas histórica e socialmente. Soma-se ao caráter instável das verdades também o seu poder associado. Por mais que o discurso seja dotado de poder, este não é fixo, não é coisa que se possui, mas ocorre como relação móvel que está em constante disputa (Foucault, 1979).

O discurso científico sobre a diversidade sexual e de gênero segue seu percurso circunscrito nesse contexto de dúvida. Ao ser confrontado por suas próprias regras de produção e pela baixa efetividade de suas intervenções, dentre outros fatores que citaremos no próximo tópico, as ciências *psi* passaram a produzir novos saberes. No entanto, ainda que se mudem os discursos, as consequências da concepção patologizante acerca da diversidade não pôde ser apagada ou extinta da sociedade. Dar-se-á seguimento ao percurso histórico em questão e no deslocamento de suas formações discursivas para outros campos.

O Discurso Científico do Século XXI e a Despatologização das Existências LGBTI+

O discurso científico patologizante que surge nas ciências *psi* passou por transformações e promove, até os dias atuais, o que é denominado de *despatologização* das existências LGBTI+ (Gonçalves, 2019). Esse fato se torna possível justamente porque não há, de fato, uma “verdade absoluta”. Esse processo não aconteceu sem que houvesse lutas ativistas envolvendo relações com outros atores. O poder associado às verdades produzidas é constantemente colocado em jogo através de afrontamentos incessantes, que transformam, reforçam e, nesse caso, invertem o saber-poder (Maia, 1995). São nessas disputas que os discursos acerca da “verdade” sobre a diversidade se inscrevem até os dias atuais.

O processo de despatologização e de transformação do discurso das ciências *psi* tem como marco de legitimação inicial a retirada das homossexualidades do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), o que significa afirmar que essas existências não constituem mais patologias na concepção científica. Entre os anos de 1970 e 1990, diferentes associações passaram a remover de seus manuais as categorias diagnósticas das homossexualidades, como, por exemplo, a Associação Americana de Psicanálise, em 1973, a Associação Americana de Psicologia, em 1975, e a Organização Mundial da Saúde, em 1990 (Teixeira-Filho, 2011).

Já a despatologização das transgeneridades é um processo que ocorre de maneira mais recente, sendo sua categoria diagnóstica removida apenas em 2012, na quinta versão do DSM. Sob pressão de movimentos ativistas, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) substituiu esse termo por Disforia de Gênero, com o objetivo de que tais expressões não fossem mais rotuladas enquanto transtornos mentais. Na Classificação Internacional de Doenças (CID-11), organizada pela Organização Mundial de Saúde, foi retirada a categoria transexual enquanto transtorno mental, embora permaneça no referido manual como uma

incongruência de gênero, na seção da saúde sexual, o que apontando para os avanços e os borramentos do processo despatologização das transgeneridades (Tilio, 2018).

Enquanto instituições detentoras do conhecimento acerca da sexualidade e gênero, estas associações são socialmente autorizadas a falar sobre seu objeto de saber e discorrer verdades sobre ele (Foucault, 1996). Ao afirmarem que as homossexualidades não constituem doença e ao modificarem as categorias diagnósticas envolvendo a diversidade de gênero, estão, ao mesmo tempo, produzindo uma nova verdade social. Contudo, conforme citado anteriormente, essa mudança de perspectiva não ocorre sem disputas. Os atores que protagonizaram afrontamentos nessas relações são, principalmente, o movimento LGBTI+, as produções dos Estudos Feministas e da Teoria *Queer*.

No Brasil, no início dos anos 1980, o ativismo homossexual iniciou uma luta pela revogação do Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência (INAMPS), em conformidade com a Classificação Internacional de Doenças (CID), classificava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual. Em 1985, a campanha era liderada, principalmente, pelo Grupo Gay da Bahia e contava com a participação de diferentes organizações e associações científicas, como, por exemplo, as Associações Brasileiras de Antropologia e de Psiquiatria, além de políticos e cidadãos de todo o país. Ao final dessa disputa, o Conselho Federal de Medicina (CFM) recuou, retirando a categoria no mesmo ano (Gonçalves, 2019).

A presença desses diferentes protagonistas no processo de despatologização demonstra a existência de uma rede de relações discursivas descontínuas, que se movimentam no sentido de estabelecer a verdade sobre um objeto, nesse caso, a sexualidade (Foucault, 2012). Além dos manuais, a transformação do discurso científico acerca da diversidade sexual e de gênero se apresenta também na circulação de novos discursos científicos. Diferentes autores avançaram e continuam avançando em produções que

destacam a liberdade de expressão de gênero e sexualidade humana. Dentre eles, destacamos a revolução conceitual impulsionada pelos pensamentos de Michel Foucault (2014) sobre o dispositivo da sexualidade e de Judith Butler (2012) sobre *performance* de gênero.

Na perspectiva de Foucault (2014), a sexualidade se configura enquanto um dispositivo de saber-poder-subjetivação. O dispositivo é definido enquanto um emaranhado de redes discursivas que tomam forma a partir de procedimentos de produção de discursos e prática de corpos. Dessa maneira, o que acontece na sociedade é a produção de um saber sobre a sexualidade, os corpos e as populações e, a partir da articulação discurso-subjetividade-materialidade, é realizada a normatização desses elementos. Foucault inverte a lógica adotada pelos discursos das ciências *psi* dominantes nos séculos XIX e XX ao não conceber a sexualidade como algo “natural”, mas como produção discursiva e articulação de poder sobre os corpos exercidos, inclusive, pela própria ciência. Através de suas pesquisas, o autor buscou demonstrar as relações de poder e estratégias políticas implantadas que culminam na produção do que é conhecido como sexualidade (Anjos & Lima, 2016).

Butler (2012) também inverte a lógica entre as produções feministas ao não conceber a divisão binária de gêneros masculino-feminino como dado prévio. A autora se propôs a desenvolver uma genealogia feminista de gênero, buscando demonstrar e desconstruir a presunção de sua suposta naturalidade. Propôs, ainda, um conceito de gênero performativo, no qual este e sua divisão binária são performativamente constituídos na medida em que só existem se expressados. O gênero não se constitui enquanto essência inata associada a um corpo, biologia ou espírito, mas se dá constantemente através de performances estilizadas de feminilidade e/ou masculinidade (Anjos & Lima, 2016).

Apesar da retirada das homossexualidades e modificação das transgeneridades nos manuais diagnósticos, além das novas produções e estudos científicos sobre gênero e sexualidade, as práticas de “cura” dessas populações continuaram a acontecer no Brasil. Por

volta de 1998, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) recebeu denúncias vindas do Grupo Gay da Bahia e outros grupos em São Paulo a respeito de profissionais da Psicologia que consideravam, em suas práticas, as transgeneridades e as homossexualidades patológicas. A denúncia ocorreu após um encontro religioso em Minas Gerais que propunha, primeiramente, um momento de oração e reflexão dentro da crença religiosa compartilhada e, em seguida, participação de uma atividade para cura das homossexualidades coordenada por uma psicóloga (Kahhale, 2011).

Visto que, até o momento, não possuíam nenhuma regulamentação que abordasse posicionamentos como este, o CFP criou um grupo de debate sobre a temática, do qual resultou o desenvolvimento da Resolução nº 01/99. Esse documento é um marco no combate às práticas de Terapias de Reversão Sexual, uma vez que determina que profissionais da Psicologia não podem desenvolver ou contribuir com ações que patologizem a diversidade de orientação sexual e de gênero, ou oferecer tratamento de cura para as mesmas (Macedo & Sívori, 2018; CFP, 1999).

Ao longo das últimas duas décadas, a Resolução nº 01/99 tem sido objeto de inúmeras investidas judiciais e legislativas para sustar seus efeitos. Reconhecendo sua importância na constituição da Psicologia brasileira, e também seus desdobramentos e tensões em diferentes arenas discursivas, percebeu-se que ainda era um documento insuficiente. Dessa forma, com sua publicação no dia 29 de janeiro de 2018 – dia da visibilidade trans -, quase vinte anos após a Resolução nº 01/99, o CFP publica a Resolução nº 01/2018, que estabelece normas de atuação para psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. A Resolução foi fruto de diversas discussões no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia e apresenta importantes afirmações ético-políticas acerca das transgeneridades, assim como de outros conceitos fundamentais para o debate acerca da despatologização das identidades trans e da garantia de autonomia de cada pessoa para a autodeterminação em relação às expressões e identidades

de gênero (CFP, 2018; Bicalho, 2022). E em 2022, ano em que são comemorados os 60 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil, o CFP frente ao seu compromisso social, publica a Resolução nº 08/2022, que estabelece normas de atuação psicológica em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais (CPF, 2022).

Em meio as tantas lutas históricas e de resistências travadas, e em diferentes campos de atuação, dentre todas as Resoluções produzidas pelo CFP, é justamente a Resolução nº 01/1999 a que mais sofreu ataques nas esferas jurídica e legislativa, bem como também é o único documento no país que regulamenta a proibição de Terapias de Reversão Sexual. Ocorre que um crescente número de psicólogos, autodenominados “psicólogos cristãos”, tem se manifestado no sentido contrário ao determinado pelo Conselho, clamando pelo *direito* de oferecer Terapias de Reversão Sexual em seus serviços e continuar a disseminar o discurso patologizante (Macedo & Sívori, 2018).

No discurso utilizado por esses grupos, verifica-se a retórica de que a Resolução fere a liberdade de pesquisa assegurada aos psicólogos, além de ser uma forma de censura. Os religiosos e “psicólogos cristãos” lançam mão, portanto, do argumento da liberdade individual, seja do psicólogo em oferecer o tratamento que achar mais adequado ou do paciente em recorrer ao tratamento que desejar (Gonçalves, 2019). O que parece estar oculto no discurso liberal desses grupos é justamente a produção de violências inerentes à tentativa de normatização social.

Acreditamos ser pertinente o posicionamento de Teixeira-Filho (2011) ao questionar que: se não há verdades absolutas, mas sim transitórias, quais dessas verdades decidimos passar adiante? As Terapias de Reversão Sexual continuam proibidas pelo Conselho Federal de Psicologia. No entanto, o discurso patologizante associado às suas práticas deslocou-se e passa agora a pertencer a outro campo discursivo, legitimando novos modelos de terapias para mudança de orientação sexual e identidade de gênero. A essa nova modalidade prático-

discursiva que aciona discursos patologizantes para realização de “curas” denominaremos Terapias de Conversão Religiosa (Garcia & Mattos, 2019).

O Discurso Religioso Cristão do Século XXI e as Terapias de Conversão Religiosa no Brasil

As Terapias de Conversão Religiosa ganham maior notoriedade quando as ciências *psi* passam a não mais reconhecer os Tratamentos de Reversão Sexual como prática terapêutica. Notadamente, a partir da retirada das homossexualidades dos manuais diagnósticos enquanto patologia emergem, nos EUA, grupos religiosos que as definem como pecado e visam a eles próprios realizar o seu “tratamento”. Um exemplo disso é a organização *Exodus International*, que nasceu no ano de 1976 e se tornou o maior ministério de “ex-gays” nos EUA (Garcia & Mattos, 2019).

No Brasil, existem registros de grupos dessa natureza a partir do ano de 1988, com a criação do Grupo de Amigos (GA), além de outros, como o Movimento pela Sexualidade Sadia (Moses) e, ainda, a filial brasileira da *Exodus*. Atualmente, ainda é possível encontrar organizações que promovem essas atividades, como, por exemplo, a própria *Exodus* e o Grupo de Amor, Aceitação e Perdão (GAAP) (Gonçalves, 2019). Nesses grupos, aspectos religiosos como rituais são alternados com intervenções advindas de saberes científicos, tais como grupos de ajuda mútua (Garcia & Mattos, 2019).

O discurso que legitima a prática de Terapias de Conversão Religiosa insere as homossexualidades e transgeneridades na ordem moral, onde se compreende que essas expressões contrariam a vontade divina e, por essa razão, configuram um *pecado*, que deve ser evitado e modificado. As Terapias de Conversão são propostas a partir dessa possibilidade de mudança de gênero e orientação sexual, passando das homossexualidades e

transgeneridades “antinaturais” à cis-heterossexualidade considerada “natural” (Natividade, 2006).

Os enunciados pertencentes a esse discurso são de que a diversidade sexual e de gênero trata-se de um “comportamento” aprendido ao longo da vida e é favorecido a partir de traumas e experiências de abusos ou violências, ou seja, não representa a expressão “natural” do sujeito. Além disso, afirmam tratar-se de um problema espiritual, onde *demônios* e *forças do mal* podem atuar sobre o indivíduo de maneira a influenciar esses desejos sexuais “inadequados”. Tais concepções das homossexualidades e transgeneridades parecem ser contraditórias, uma vez que adotam uma perspectiva “construtivista” do desejo sexual, concebendo-o como produto de experiências ocorridas ao longo da vida do sujeito, ao mesmo tempo em que supõem o “naturalismo” sexual do gênero, que, em seu ponto de vista, é dado por Deus de maneira binária, cis, heterossexual e definida pela característica biológica (Natividade, 2006).

A apropriação dos enunciados e práticas advindas das ciências *psi* dos séculos XIX e XX pelo discurso religioso do século XXI torna-se evidente. A concepção dessas expressões de gênero e sexualidade humana como um “comportamento aprendido” ou “falha ambiental” e a utilização de intervenções através de grupos terapêuticos, por exemplo, eram base das Terapias de Reversão Sexual realizadas nos séculos passados (Eddine, 2018).

O discurso religioso, assim como o discurso científico, também possui caráter de verdade na sociedade e, por isso, também possui seu corpo de especialistas que exercem a produção discursiva e o controle sobre os corpos. A doutrina religiosa é regulamentada pelo discurso autorizado e legítimo da instituição (Portella, 2007), que, nesse caso, retoma a perspectiva da possibilidade de mudança sexual e de gênero das populações LGBTI+ e concebe as expressões divergentes da cis-heterossexualidade enquanto pecado e desvios de caráter moral. Para que a Igreja tenha sua autoridade normativa respeitada, recorre ao mesmo

procedimento de exclusão que as ciências *psi*. No entanto, ao invés de regular as expressões no âmbito doença x saúde, regulam na dicotomia ortodoxia x heresia (Valério, 2004).

Natividade (2006) investiga os sentidos do discurso religioso sobre a modificação das orientações sexuais e identidades de gênero, mapeando suas práticas a partir de publicações religiosas sobre o tema. Segundo o autor, acontece a partir de três eixos principais: cura, libertação e restauração sexual. A partir das considerações por ele propostas, compreende-se que, inicialmente, a *cura* é voltada a reestabelecer as práticas sexuais conforme determinado pelo divino, adequando o corpo e sua sexualidade ao modelo de gênero normativo. Uma de suas formas é a *cura das memórias*, onde se busca substituir padrões de pensamentos e comportamentos entendidos como inadequados e “reprogramar” a mente de acordo com a vontade de Deus. Para isso, utilizam-se de orações, leituras bíblicas e participação em atividades religiosas.

A *libertação* ocorre partir da confissão dos pecados, ao se reviver e reconhecer os “erros” passados e receber o “perdão” divino. Assim, instaura-se a partir disso a noção de um sujeito dotado de autocontrole, autonomia, um sujeito que poderá “arrepender-se, confessar seus pecados e renunciar ao erro”. Por fim, quando o processo de cura é bem-sucedido, há no sujeito a *restauração sexual*, onde ocorre o retorno ao gênero e à sexualidade tidos como “naturais”, conforme dado por Deus. Assim, após confessar-se, arrepender-se e renunciar a seus desejos *pecaminosos*, o sujeito “exerce uma ética sexual baseada nos princípios da renúncia, contenção e reflexividade diante dos desejos”, passando, assim, a adequar-se à vontade divina e ser preenchido pelo Espírito Santo, tornando-se um templo do divino (Natividade, 2006).

Com o tempo, pesquisadores apontaram a ineficácia desse modelo terapêutico, além de relatarem denúncias de violações de direitos humanos e da própria estigmatização que esses procedimentos acabam por promover (Garcia & Mattos, 2019). A legitimação dessa

prática, ainda hoje, é proferida por instituições religiosas, principalmente evangélicas pentecostais e neopentecostais, e por aqueles enunciados pelas ciências *psi* de séculos atrás, mas que ainda são acionados como discurso-verdade por “psicólogos cristãos” (Macedo & Sívori, 2018). Em sua pesquisa, Natividade e Oliveira (2009) mostram como ocorre o apagamento das identidades LGBTI+ através de estratégias mascaradas de acolhimento no campo religioso:

O acolhimento aos homossexuais é a face mais solar de uma estratégia política higienista, agenciada no plano das micro-relações cotidianas, que não atinge os sujeitos diretamente com a ameaça da violência física, mas antagoniza e desqualifica sexualidades consideradas indesejáveis. Esta forma de homofobia pastoral apresenta a desqualificação e o expurgar da diferença como uma atitude ativa de cuidado e zelo para com o outro, consonante com a ética cristã (p. 214).

Ainda que a patologização da diversidade sexual e de gênero nessa perspectiva seja uma agência de disputa, os atores que promovem essa discussão em espaços públicos recusam-se a admitir que endossam uma perspectiva patologizante. Como exemplo, Gonçalves (2019, p. 189) menciona o pronunciamento de Feliciano, pastor pentecostal e político filiado ao Partido Liberal (PL), que no programa televisivo *Super Pop*, afirmou: “cura gay é canalhice e mau-caratismo de movimentos de esquerda! Psicólogo não é médico e homossexualismo não é doença”.

Ao precisarem reformular o significado de suas práticas, esses atores demonstram como os discursos que circulam na sociedade se organizam de forma a demarcar quais são os

enunciados que podem e não podem circular (Foucault, 1996). A patologização dessas identidades não é mais amplamente aceita e essa articulação discursiva para que se legitimem as práticas propostas pela instituição demonstra como as disputas acerca das verdades moldam os discursos sociais (Gonçalves, 2019).

Ao conceber a possibilidade de abandono de “comportamentos” homossexuais e transgêneros como “prática religiosa”, estes discursos produzem os mesmos efeitos normatizadores da “cura” ora promovida pelas Terapias de Reversão Sexual. No entanto, uma vez considerada prática religiosa, pode acontecer sem empecilhos, visto que, no Brasil, não apenas não é regulamentada como é beneficiada para que possa continuar atuando desta maneira. O Acórdão do Supremo Tribunal Federal referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 26 (ADO 26), que versa sobre a equiparação da homofobia enquanto crime análogo ao racismo, por exemplo, traz enquanto exceção, que:

A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros [...] é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados [...] independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero (Brasil, 2013, p. 7)

O discurso religioso possui um caráter específico capaz de tornar ainda mais cruel a realização das Terapias de Conversão Religiosa. Sua prática é associada ao que Foucault (2004) denomina de Poder Pastoral. Esse poder é realizado por um líder religioso, que se porta como um pastor, capaz de guiar seu rebanho de ovelhas, determinando onde essas devem andar. Ao seguir os ensinamentos do pastor, as ovelhas são guiadas para a salvação. O poder pastoral deseja o “bem” de seus governados e é por isso que os conduz (Costa, 2007). Em meio à violência e opressão produzidas em consequência às práticas de conversão, a retórica de “acolhimento” e “salvação” vinda do pastor obscurece os efeitos danosos desse processo.

Silva (2017) buscou investigar a trajetória de vida de pessoas que se auto-identificam como “ex-homossexuais”. A autora demonstrou que no discurso desses participantes encontravam-se principalmente explicações psicológicas para sua sexualidade, concebendo-a como aprendizagem e também como fruto do ambiente. Ainda que evitasse falar da religião em seu processo, em uma tentativa de validar cientificamente a mudança de orientação sexual, a autora revelou que o discurso cristão-evangélico esteve presente.

As interpretações conservadoras do código moral e doutrinário cristão exercem um efeito poderoso em pessoas LGBTI+. A quantidade de pessoas que procuram a religião como maneira de realizar uma “reorientação sexual” denuncia a influência e consequência que esse discurso pode tomar na vida das pessoas. Discursos contrários a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero podem afetar o desenvolvimento de uma identidade LGBTI+ saudável e positiva, culminando em sofrimentos subjetivos para essas populações (Natividade & Oliveira, 2013)

O uso dos saberes científicos para embasar conversões religiosas é perverso e seletivo, apropriando-se de dizeres borrados e utilizando recortes específicos e não utilizados atualmente pelas ciências *psi*. A apropriação deste discurso ainda não termina nos centros

religiosos e ocupam as esferas políticas, culminando, por exemplo, na criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que articula na direção contrária aos avanços dos movimentos sociais LGBTI+ (Quintão, 2017). Além de promoverem violências e efeitos no psiquismo dessas pessoas, comprometem a laicidade do Estado e, sob a proteção do “sagrado”, clamam que sua liberdade religiosa está sendo usurpada (Macedo & Sívori, 2018). Perguntamo-nos: liberdade religiosa para fazer o quê? A que hegemonias sociais servem a manutenção desses discursos?

Considerações finais

As verdades seculares construídas pelas ciências *psi* sobre as expressões de gênero e sexualidades necessitam ser compreendidas e visibilizadas a fim de avançarmos para uma sociedade que não as conceba a partir de determinantes morais ou biológicos. Por isso mesmo, acreditamos ser importante recorrer a fundamentações teóricas que estejam comprometidas com o movimento de despatologização das existências LGBTI+, e as obras de Michel Foucault (2014) e Judith Butler (2012) apresentam contribuições que caminham pela via dos afetos, dos direitos e das resistências.

A Análise do Discurso Foucaultiana - chave teórica adotada no estudo - nos permitiu entender as verdades discursivas que, por anos, construíram diferentes enunciados sobre as pessoas LGBTI+. Dentre estes discursos enfatizamos aqueles que circundam até os dias atuais o fenômeno da “cura gay” e das terapias de conversão religiosa. É preciso compreender os jogos de saber-poder que atravessam estes diferentes discursos, pontuar a diferença de visibilidade social que determinados discursos apresentam em detrimento de outros e, pensamos ainda, necessário ampliar os espaços de discursos que favoreçam a despatologização de existência de pessoas LGBTI+.

Neste estudo, apesar de apresentarmos um percurso histórico, a produção, circulação e materialidade da noção de “cura” das diversidades sexuais e de gênero não seguem uma evolução linear, e a Psicologia contribuiu, de diferentes formas, com esse processo. E em meio aos vários ataques, especialmente a Resolução nº 01/99, aqui buscamos contribuir com o meio acadêmico e científico, a fim de promover uma reflexão crítica em torno da “cura” das pessoas LGBTI+ e do papel da Psicologia frente a isso.

É preciso conhecer e reconhecer os eventos de sofrimento psíquico que atravessam as trajetórias de vida de pessoas LGBTI+. Dessa maneira, identificando os efeitos das particularidades que cercam essas existências, assim como algumas de suas significações, acredita-se ser possível pensar em intervenções mais adequadas à realidade e ao contexto experimentado por elas, e principalmente, auxiliando na promoção de saúde mental enquanto dispositivo ético e político de cuidado. Sugere-se a partir deste estudo que pesquisas futuras possam compreender ainda mais profundamente o campo das consequências destes discursos nas existências LGBTI+ em território brasileiro, sobretudo a partir de estudos de campo.

Por fim, acreditamos e demarcamos que discursos dominantes que produzam violências físicas e/ou simbólicas precisam ser questionados em suas materialidades em detrimento de qualquer autoridade discursiva que possuam. É preciso garantir a importância do discurso da laicidade do Estado e adotar esta perspectiva como estratégia de enfrentamento às tentativas de legalização dessas terapias. Antes de um “decaimento moral na sociedade”, o que observamos é a transformação e a apropriação de conceitos ultrapassados a fim de manter como legítimas práticas que já não se justificam em tempos atuais. Indaga-se, portanto: Qual é o papel da Psicologia frente à assimilação e uso de seus discursos para esses fins?

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM.

REFERÊNCIAS

- Almeida, G., & Murta, D. (2013). Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud Y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (14), 380–407.
<https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200017>
- American Psychiatric Association (1980). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Third Edition (DSM-III)*. Arlington, VA: American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association (1994). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fourth Edition (DSM-IV)*. Arlington, VA: American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)*. Arlington, VA: American Psychiatric Association.
- Anjos, K., & Lima, M. (2016). Gênero, sexualidade e subjetividade: Algumas questões incômodas para a psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 49-56.
<https://dx.doi.org/10.24879/201600100020059>
- Arán, M., Murta, D., & Lionço, T. (2009). Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1141–1149. <https://doi.org/10.1590/S1413-812320090004000207>

- Bicalho, P. P. G. de. (2022). Disputas em torno da Regulamentação da Profissão: A Psicologia em Defesa das Orientações Sexuais e Identidades de Gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42(spe), e264832. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264832>
- Brasil. Supremo Tribunal Federal, Segunda Turma. ADO nº 26, 1. O presente voto, ao dispor dos eminentes pares e das partes na íntegra, expressa fundamentação nos termos do inciso IX do art. 93 da Constituição da República Federativa do Brasil, e se contém em aproximadamente 27 páginas. [...]. Requerente: Partido Popular Socialista.
- Relator: min. Celso de Mello. Pesquisa de jurisprudência. Brasília, 19 de dezembro de 2013.
- <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26VotoRelatorMCM.pdf>.
- Butler, J. (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Ceccarelli, P. R (2011). *Enfrentamento à patologização e à homofobia*. Publicação do Conselho Federal de Psicologia, p. 229-238.
- Conselho Federal de Psicologia. *Resolução CFP nº 01, de 22 de março de 1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. *Resolução n. 01/2018, de 29 de janeiro de 2018*. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. *Resolução n. 8, de 17 de maio de 2022*. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais

orientações não monossexuais. <https://site.cfp.org.br/cfp-publica-resolucao-sobre-bissexualidades/>

- Costa, M. J. (2007) Uma analítica do poder pastoral – a emergência das disciplinas em Michel Foucault. *Mnemosine*, (3)1.
- Eddine, E. A. C. (2018). *A psicologia, a educação e as homossexualidades: O normal e o patológico nas produções discursivas das revistas boletim de psicologia, revista brasileira de psicanálise e cadernos de pesquisa nas décadas de 1970 e 1980*. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1996). *Ordem do discurso*. s.n.: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Motta, M. B. (org.). *Ética, sexualidade, política*. Ditos e escritos V. Trad. E. Monteiro e I. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-287.
- Foucault, M. (2007). A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra.
- Garcia, M. R. V., & Mattos, A. R.. (2019). “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe3), e228550. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228550>
- Green, J. N. (1999). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. s.n.: Unesp, 1999.

- Gonçalves, A. O. (2019). Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. *Religião & Sociedade*, 39(2), 175–199.
<https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2cap07>
- Kahhale, E. M. (2011). *Histórico do Sistema de Conselhos de Psicologia e a interface com as questões LGBT*. In: Conselho Regional de Psicologia 6a Região - CRP6 (Ed.), *Psicologia e diversidade sexual* (p. 20-24). São Paulo, SP: o autor.
- Maia, A. C. (1995). Sobre a analítica do poder de Foucault. *Tempo social*, 7(1-2), p. 83.
- Macedo, C. M. R. de, & Sívor, H. F. (2018). Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(spe), 1415-1436.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000400020&lng=pt&tlng=pt.
- Molina, L. P. (2018). Da Deusa Xochipilli à patologização sexual: Os estudos etno-históricos sobre a diversidade sexual. *Métis: história & cultura*, 17, (33).
- Natividade, M. (2006). Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(1), 115-132.
- Natividade, M. T., & Oliveira, L. (2009). Nós acolhemos os homossexuais: homofobia pastoral e regulação da sexualidade. *Tomo*, 14(1), 203-227.
- Natividade, M. & Oliveira, L. (2013). *As Novas Guerras Sexuais: Diferença, Poder Religioso e Identidades LGBT no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond.
- Portella, R. (2007). Discurso Religioso, Legitimidade e Poder: algumas considerações a partir de Bourdieu, Foucault e Heller. *Revista Fragmentos de Cultura – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, 16(78), p. 567-576.
- Quintão, G. F. (2017). A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gay. *Estudos de Sociologia*, 22(42).

- Silva, O. (2017). *Trajetórias de vida e mudança de identidade sexual: Quando não se encontra o pote de ouro no final do arco-íris*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Teixeira-Filho, F. S. (2011). Homofobia e sua relação com as práticas “psi”. In: Conselho Regional de Psicologia 6a Região - CRP6 (Ed.), *Psicologia e diversidade sexual* (p. 41-57). São Paulo, SP: o autor.
- Tilio, R. (2018). Despatologização da transexualidade: revisão integrativa da literatura científica nacional. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 29(1), 39–48.
<https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.40>
- Valério, M. E. (2004). Foucault pensando a religião. *Mneme - Revista De Humanidades*, 5(10). <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/209>

ESTUDO 2

“CURA” PENTECOSTAL E NEOPENTECOSTAL: EXPERIÊNCIAS DE LÉSBICAS, GAYS E BISSEXUAIS NO NORTE DO BRASIL

RESUMO

“Cura Gay” é como ficou popularmente conhecido o Projeto de Decreto Legislativo - PDC 234/11, que objetivava sustar partes da Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Esta Resolução, em específico, veda aos/as psicólogos/as ofertas de “tratamento” ou “cura” para as homossexualidades. Apesar de contestada, a Resolução 01/99 segue vigorando no Brasil e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) permanece até os dias atuais realizando publicações em favor do respeito à diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. Contudo, apesar da normativa coibindo tentativas de reorientação de homossexualidades através de psicoterapias, estas seguem acontecendo no país através de conversão religiosa, sendo as igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais protagonistas neste campo de disputa. A este fenômeno denominamos “*cura gay*” religiosa. Através de um estudo qualitativo de cunho exploratório e descritivo investigamos *como* a “*cura gay*” religiosa se apresenta no Norte do Brasil e buscamos *compreender* os diferentes *desfechos* e *efeitos* emergentes nas experiências narradas por oito jovens autoidentificados como lésbicas, gays ou bissexuais. Inspiramo-nos em pressupostos de Michel Foucault (2004, 2014) sobre o dispositivo da sexualidade e subjetivação para discussão dos resultados.

Palavras-chave: Sexualidade, Religião, Cura Gay, Evangélicos, Psicologia.

No Brasil, desde 1999, a oferta de “tratamento” e “cura” para as homossexualidades, lesbianidades e bissexualidades é vedada às práticas da Psicologia, conforme a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Contudo, desde sua implementação, atores sociais declarados religiosos, sobretudo evangélicos pentecostais e neopentecostais, movimentaram ações legislativas buscando sustar partes desta Resolução com o objetivo de promover tentativas de “reorientação” sexual através de psicoterapias. Dentre essas ações, o Projeto de Decreto Legislativo - PDC 234/11 (Brasil, 2011) gerou comoção na mídia, se tornou conhecido e popularmente denominado como Projeto da “Cura Gay” (CFP, 1999, Gonçalves, 2019).

Na esteira desses ataques, nos entrelaces entre religião-política-psicologia, faz-se relevante situar o contexto mais amplo de disputas de poder que tentam promover práticas de “reorientação” sexual. Este fenômeno, inclusive, não se encerra em disputas públicas e desenrola-se, fortemente, em campos micropolíticos, como no interior de instituições religiosas e no cotidiano da vida daqueles/as que congregam dos mesmos ensinamentos. Para Macedo (2017a), além das disputas em torno da legalização das práticas psicológicas no contexto das orientações sexuais, ocorrem tentativas de “reorientação” sexual através de conversão religiosa em igrejas pentecostais e neopentecostais, aqui denominado de fenômeno da “cura gay” religiosa.

Ao falarmos em religiões pentecostais e neopentecostais estamos nos referindo a uma propriedade plural de credo. Existem inúmeras matrizes pentecostais no Brasil, trata-se de um cenário multifacetado, com diversas perspectivas teológicas e institucionais (Almeida, 2021). Apesar desta diversidade, as fronteiras vêm se movimentando e, em alguns casos, até se diluindo, tornando doutrinas, teologias e rituais cada vez mais similares entre as dezenas de denominações evangélicas existentes atualmente (Cunha, 2008).

O fenômeno da “cura” aparece como central nas teologias pentecostais e neopentecostais, reiterando sua singularidade divina. Mariano (2004) destaca que estas vertentes buscam atender as necessidades físicas e/ou psicológicas de seus fiéis através da adequação às prescrições religiosas. Alude-se, dessa forma, uma “cura milagrosa” na qual as pessoas “sem fé” são submetidas às regras vigentes entre aquelas adeptas à religião e aqueles que crêem são agraciados com o fim do sofrimento ao qual estejam necessitando.

Nesta perspectiva religiosa, as homossexualidades, lesbianidades e bissexualidades são concebidas como um desvirtuamento dos valores morais cristãos, explicadas a partir de uma lógica patologizante, que pressupõe ser as orientações sexuais que escapam ao binarismo uma consequência de adoecimento psíquico, além de influências ou possessões por espíritos malignos. Dessa forma, para que haja a “cura” proposta pela religião são incentivados/as ao abandono de suas orientações sexuais através aceitação de Deus e conversão aos ensinamentos propagados (Natividade, 2006; Garcia & Mattos, 2019; Mesquita & Peruchi, 2016).

Conceber as orientações sexuais não-normativas a partir de pressupostos patologizantes emerge de uma versão superada da ciência médico-psicológica que atuava em uma lógica *heteronormativa*, estabelecendo um padrão ou norma a serem seguidos (Alves & Assunção, 2022). Na atualidade, o consenso científico acerca da diversidade sexual e de gênero pauta-se em uma perspectiva crítica sobre o contexto sócio-histórico, político e cultural, em detrimento de visões essencialistas que funcionam em uma lógica de naturalização dessas identidades (Kahhale, 2011; CFP, 1999, 2023). Entende-se, portanto, que essas diversidades configuram expressões *possíveis* no campo das sexualidades e que não são passíveis de “cura”- o sofrimento vivenciado por essas pessoas derivam não de suas orientações sexuais, mas sim de uma violência estrutural que as qualificam como patológicas ou anormais.

Por outro lado, a possibilidade de se oferecer “reorientação” sexual através de “cura” religiosa segue ocorrendo. Através de instituições evangélicas pentecostais e neopentecostais, lésbicas, gays e bissexuais são aconselhados por seus líderes religiosos a “reverter” suas orientações sexuais. Em um movimento de supressão de seus desejos, são incentivados e submetidos a rituais de limpeza, exorcismos, ministrações e/ou ações que busquem libertá-los/as, uma vez que as homossexualidades, lesbianidades e bissexualidades representariam o desvirtuamento do caminho pré-estabelecido por Deus (Natividade e Oliveira, 2013; Alves & Assunção, 2022).

Esse fenômeno ocorre em um cenário na qual a religião evangélica se apresenta em crescente expansão no Brasil. Os dados referentes ao último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram para um aumento na população de evangélicos, saltando de 26,2 milhões para 42,3 milhões entre os anos de 2000 a 2010. Do total mencionado, 60% são evangélicos de origem pentecostal, dentre eles inclusos os neopentecostais. A região Norte segue essa mesma crescente e apresentou o maior percentual (39%) de evangélicos dentre a população brasileira (Datafolha, 2020). Além disso, a região se apresenta como histórica no pentecostalismo, sendo Belém do Pará uma das cidades pioneiras a abrigar a Igreja Assembleia de Deus, criada em 1911 (Costa, 2021; IBGE, 2010).

É preciso salientar que os efeitos da ascensão evangélica pentecostal e neopentecostal são gradativos e dispersos, e a influência das lideranças religiosas sobre seus fiéis é heterogênea. Existem distinções entre os posicionamentos dos líderes religiosos e os posicionamentos de seus seguidores, e as generalizações devem ser cuidadosamente analisadas. Investigar esses efeitos, no entanto, faz-se relevante socialmente e cientificamente, já que as igrejas são capazes de atuar de forma a circunscrever os modos de produção de subjetividades em consonância aos seus dogmas (Valério, 2004; Casarões, 2020).

Estudos como os de Souza e Souza (2020) demonstraram que lésbicas, gays e bissexuais socializados em ambientes religiosos que desaprovam suas orientações sexuais experimentam dilemas e tensões sobre suas expressões no mundo. Além disso, os dogmas religiosos intolerantes à diversidade sexual podem exercer influência na cristalização de diferentes sofrimentos em relação às existências não-heteronormativas. Em famílias conservadoras religiosas, encontram-se menores níveis de aceitação, podendo culminar em rejeição, violências e até mesmo expulsão do círculo familiar. (Frasão e Rosário, 2008; Campos e Guerra, 2016). Vale ressaltar que as experiências que as pessoas enfrentam vão além da categoria orientação sexual e a perspectiva interseccional permite uma compreensão das diferentes dimensões que atravessam os corpos e seus marcadores sociais (CFP, 2023).

Dessa forma, o estudo buscou investigar *como a “cura gay” religiosa se apresentou nas experiências de lésbicas, gays e bissexuais no Norte do Brasil, bem como compreender os diferentes percursos emergentes nas experiências relatadas*. Para tanto, inspirados nos pressupostos de Michel Foucault (2004, 2014), partimos de um olhar das sexualidades enquanto produção de um complexo dispositivo, que através de relações de saber-poder atravessam os corpos, inscrevem-se neles e fornecem diferentes modos de subjetivação. Justifica-se pela potência de tornar visíveis as condições que tem permitido a conformação de um particular tipo de experiência, que explica a emergência de um tipo próprio de subjetividade.

1. Método

Trata-se de um estudo qualitativo, de cunho exploratório e descritivo. Participaram oito jovens autoidentificados/as como lésbicas, gays ou bissexuais, com idades entre 21 a 27 anos, residentes da região Norte do Brasil e que vivenciaram experiências de “cura gay” religiosa em espaços ou instituições pentecostais e neopentecostais. O recrutamento dos

participantes foi realizado através de redes sociais, como *Twitter* e *Instagram*, onde foram compartilhadas postagens apresentando a pesquisa, seus critérios de inclusão e, por fim, um *link* de acesso a um formulário na plataforma *Google Forms* para que disponibilizassem a melhor estratégia de contato.

Para tanto, foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário socioeconômico com o objetivo de identificar dados acerca da orientação sexual, identidade de gênero, idade, estado, raça/cor, classe social e as instituições religiosas frequentadas. Para a realização das entrevistas semiestruturadas, foi desenvolvido um roteiro de perguntas previamente definidas. Esse instrumento viabilizou a construção de questionamentos abertos que possibilitaram aos/as colaboradores/as discorrer sobre os temas sugeridos. Além disso, proporcionou-se também a oportunidade de adicionar outros questionamentos de acordo com a necessidade identificada (Minayo, 2010).

As entrevistas foram realizadas de maneira online através de videochamadas pela plataforma *Google Meet*. Foram gravadas e tiveram duração média de uma hora e meia. Os conteúdos foram transcritos manualmente, na íntegra, e o material submetido à Análise Temática (AT). Conforme proposta por Braun e Clarke (2006), a AT permite identificar similaridades nos dados coletados, selecionando temas que pudessem ajudar a compreensão do fenômeno em estudo. Os passos analíticos seguidos foram: 1) Familiarização com os dados, 2) Criação de códigos iniciais, 3) Pesquisa de temas, identificando e organizando os temas e subtemas, 4) Revisão dos temas, 5) Definição e nomeação dos temas, criando um mapa temático dos dados, 6) Produção do relatório final. Os dados coletados foram interpretados com inspiração nos conceitos de dispositivo da sexualidade e subjetivação de Michel Foucault (2004, 2012).

A pesquisa seguiu todos os preceitos éticos necessários, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) através do Parecer de nº 5.531.587. As próprias pessoas

escolheram como gostariam de ser identificadas ao longo da pesquisa com o intuito de proporcionar liberdade e resguardar o sigilo ético.

2. Resultados e Discussão

Inicialmente, buscamos apresentar os/as colaboradores/as que, em uma ação fundamental, compartilharam suas experiências para a realização deste estudo. As principais características destes/as jovens foram representadas através do Quadro 1 e as demais características de suas experiências detalhadas em sequência.

Tabela 1

Apresentação dos colaboradores

Nome	Idade	Gênero	Orientação sexual	Cor	Classe social	Igreja
Vinicius	24	Masculino	Bissexual	Branco	Média	Assembleia de Deus (Pentecostal)
Lúcia	24	Feminino	Bissexual	Branca	Média	Assembleia de Deus (Pentecostal)
Juliana	21	Feminino	Bissexual	Branca	Média	Assembleia de Deus (Pentecostal)
Leticia	25	Feminino	Homossexual	Preta	Média	Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Madureira (Neopentecostal)
Anieli	27	Feminino	Homossexual	Parda	Média	Igreja Quadrangular, Igreja Comunidade Evangélica Assembleia de Cristo, Igreja Ministério Internacional do Avivamento

						(Pentecostal)
Suelen	27	Feminino	Bissexual	Parda	Média Baixa	Assembleia de Deus (Pentecostal) Universal do Reino de Deus (Neopentecostal)
Carol	22	Feminino	Bissexual	Parda	Média Baixa	Congregação Cristão do Brasil (Pentecostal)
Lucas	27	Masculino	Homossexual	Preto	Baixa	Igreja de Deus Pentecostal do Brasil (Pentecostal)

Vinícius e Lúcia cresceram em famílias que exerciam a religião católica de maneira assídua. Ambos experimentaram o contato com a religião evangélica pentecostal e/ou neopentecostal através de membros de sua família extensa (e.g. avós/ôs, tios/as, primos/as), sendo a Assembleia de Deus a igreja frequentada por estes familiares. Em suas experiências, não estiveram profundamente envolvidos em instituições evangélicas como os/as demais colaboradores/as, porém experienciaram, fortemente, tentativas de “cura gay” religiosa através de seus familiares convertidos.

Juliana, Anieli, Suellen, Letícia e Carol cresceram em famílias devotas da religião evangélica pentecostal e/ou neopentecostal. Em suas experiências, estiveram imersas nas instituições religiosas desde a infância, envolvidas profundamente em seu funcionamento teológico e institucional. Lucas é o único que não conheceu a religião através de sua família, mas através de uma vizinha com a qual frequentava a igreja. No entanto, assim como as demais colaboradoras, também esteve inserido e engajado nesse meio desde a infância.

A maioria dos colaboradores/as estiveram imersos nas instituições religiosas pentecostais e neopentecostais e puderam relatar experiências de como a “cura gay” religiosa se apresentou dentro desses espaços. Outros/as vivenciaram a “cura” prioritariamente através de seus familiares adeptos à religião. A grosso modo, dois cenários

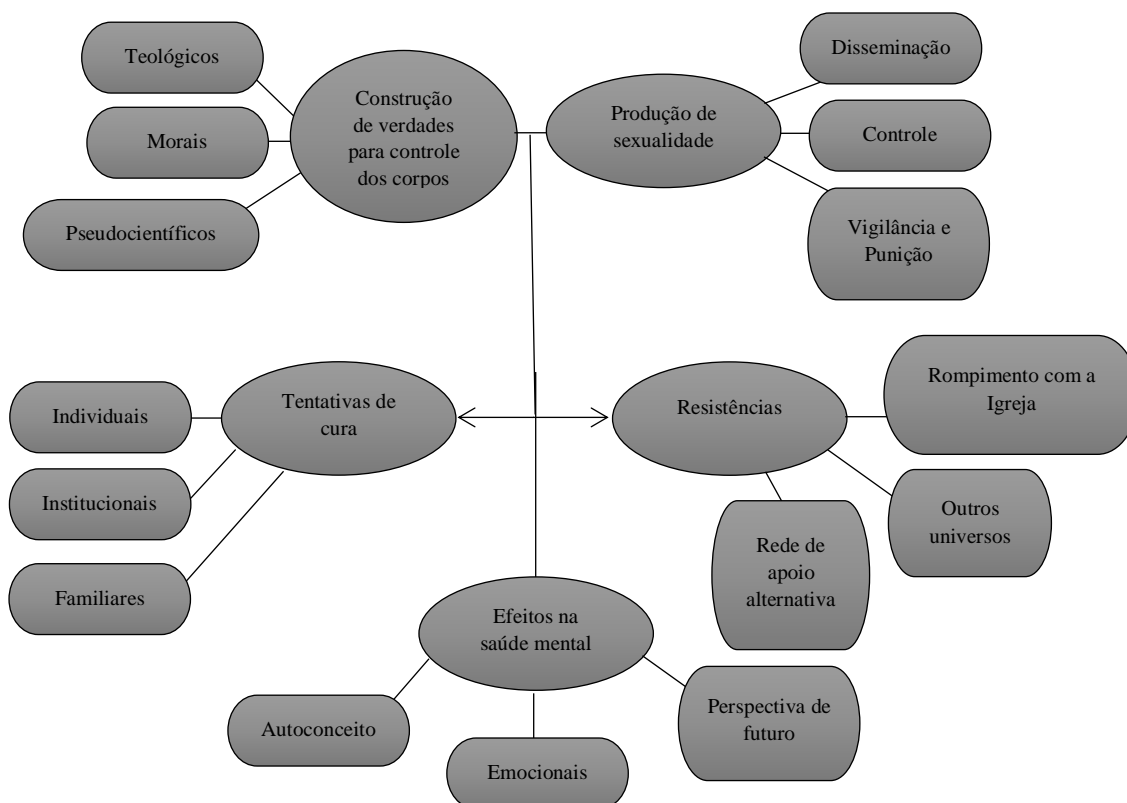
foram identificados como espaços de “conversão” - as igrejas e seus entornos, e a família e suas relações - que forjam o dispositivo da sexualidade.

Buscamos investigar essas experiências concebendo o fenômeno em três dimensões: os domínios de saber a que se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas de subjetivação, mediante as quais os/as colaboradores/as deste estudo elaboram-se como sujeitos. As práticas institucionais, historicamente analisáveis, estiveram imersas em uma proposta coletiva de processos de subjetivações pentecostais e neopentecostais (Ferreira-Neto, 2017).

Por meio da análise fundamentada no dispositivo da sexualidade, o enredo temático das experiências revelou os seguintes temas: 1) Construção de verdades para controle dos corpos; 2) Produção de sexualidade; 3) Tentativas de “cura”; 4) Resistências e 5) Efeitos na saúde mental. Os temas e seus referidos subtemas estão expostos no mapa conceitual a seguir:

Figura 1

Mapa Conceitual



A Figura 1 ilustra *como a “cura gay” religiosa se apresentou nas experiências analisadas*. Vale pontuar que no cotidiano das relações da vida, as situações citadas ocorrem de maneira imbricada, não obstante, de maneira sinóptica, o mapa buscou elucidar a complexa rede que compõe o fenômeno e que está inserida no conceito do dispositivo da sexualidade. Expõe como ocorre a tentativa de produção de uma heterossexualidade compulsória a partir de construção de verdades para controle dos corpos camufladas como ensinamentos religiosos e disseminadas por meio das instituições frequentadas e/ou pelos familiares adeptos às vertentes pentecostais e neopentecostais. Através de líderes religiosos, pares e familiares também apresenta como a vigilância e a punição frente às orientações sexuais dos/as colaboradores/as ocorrem. Nesse bojo, imersos nessa rede de saber-poder, os/as colaboradores/as revelaram diferentes *percursos* em suas experiências, sendo relatado

principalmente tentativas de “cura gay” religiosa, mas também estratégias de subversão e resistências. Passar por essas situações produziu efeitos na saúde mental dos/as colaboradores, ensejando danos em seu autoconceito, emoções e perspectivas de futuro.

O primeiro tópico - “Construção de verdades para controle dos corpos” - foi elaborado identificando subtemas comuns acerca dos dogmas relativos a compreensão pentecostal e neopentecostal da diversidade de orientação sexual.

2.1. Construção de verdades para controle dos corpos

A construção de verdades para controle dos corpos é camuflada nestes ambientes como ensinamentos religiosos e tratam de saberes pentecostais e neopentecostais que, através de relações específicas de poder, se entrelaçaram às experiências dos/as colaboradores/as deste estudo de diferentes formas. Identificamos ensinamentos religiosos: 1) Teológicos, 2) Morais e 3) Pseudocientíficos, expostos através de excertos de texto na Tabela 2.

Tabela 02

Subtemas de Construção de verdades para controle dos corpos

Teológicos	<p>O pastor dizia: Os piores pecados do mundo são matar alguém e se relacionar homem com homem (Letícia).</p> <p>Na igreja, a gente aprende que ser gay é estar com o demônio no corpo (Suellen).</p> <p>Assim como os outros pecados, se você sentisse vontade não deveria fazer. Você devia reprimir isso (Carolina).</p>
Morais	<p>A homossexualidade era coisa de gente suja, de gente que gostava de safadeza (Suellen)</p>

	Você ser homossexual está no mesmo nível de você ser um estuprador ou um assassino (Letícia)
Pseudocientíficos	<p>Eles condicionavam isso ao fato de eu não ter um bom relacionamento com o meu pai e por isso que eu tinha essa tendência de ser gay. Porque eu não tinha essa presença masculina tão presente na minha vida (Lucas)</p> <p>Gays eram gays por causa da próstata. A próstata produzia um hormônio que fazia eles gostarem e se viciarem nisso (Anieli)</p> <p>Eles falam em “homossexualismo” para remeter a doença (Juliana)</p>

Nas experiências relatadas, foi descrita a promoção de um saber religioso que determina o exercício heteronormativo dos corpos. Não havia permissão para existência de homossexualidades, sendo incentivada a repressão e negação de potenciais desejos homoafetivos a fim de que fossem aceitos/as por Deus e pelos pares no ambiente religioso. O saber contido nos ensinamentos religiosos representava a “verdade” revelada por Deus, não sendo passível de questionamento pelos fiéis. Expressões divergentes da norma estabelecida eram compreendidas através de vieses *teológicos, morais e pseudocientíficos*. Os/as colaboradores/as identificaram que estes saberes foram repassados através de seus líderes religiosos e/ou familiares.

Sob um viés teológico, as homossexualidades foram concebidas como “pecado” e “ação demoníaca”, sendo necessária a conversão religiosa para libertação dos fiéis, conforme aponta Letícia, Suellen e Carolina. Para Dias (2019) e Machado e Piccolo (2010), a noção das

homossexualidades enquanto pecado se apresenta como característica comum às diferentes vertentes religiosas cristãs. Nessa perspectiva, a predeterminação divina para a espécie humana seria a heterossexualidade, já que possibilitaria a reprodução da espécie, e que por conseguinte, não aconteceria em relações homossexuais. Dessa maneira, ao contrariar os desígnios divinos e não garantirem relações reprodutivas, lésbicas, gays e bissexuais estariam em pecado, violando o preceito religioso.

Já a compreensão das homossexualidades enquanto manifestação demoníaca, conforme trouxe Suellen, refere-se à teologias específicas das vertentes evangélica pentecostal e neopentecostal, em específico, a Teologia da Batalha Espiritual. Segundo Natividade (2006), Deus e o diabo travam uma batalha espiritual pelo controle da humanidade, onde o corpo do fiel é objeto de disputa e o “crente” deve se juntar a Deus, repreendendo e duelando contra todas as manifestações do diabo em plano terrestre. As homossexualidades, nessa visão, representam prazeres mundanos e denunciam a presença de demônios no corpo daquele fiel que apresenta desejos afetivos-sexuais “inadequados” (Fátima, 2018). Nessa religião, “o corpo pode ser a morada do Espírito Santo, desde que o crente rejeite todas as formas de prazer mundano, caso contrário, será a morada do demônio” (Machado & Piccolo, 2010, p. 63).

Os/as colaboradores/as também revelaram perspectivas morais ditas pelos líderes religiosos acerca de suas orientações sexuais, categorizando-as enquanto “imoralidade” e “safadeza”, conforme os relatos de Letícia e Suellen. Para elas, as existências de lésbicas, gays e bissexuais eram equiparadas a condutas criminosas - como estupradores e assassinos -, reforçando a ideia de pânico moral e de uma heterossexualidade compulsória. Ainda, os ensinamentos religiosos presentes nas experiências dos/das colaboradores/as reforçavam a lógica de patologização das orientações sexuais dissidentes, o que também foi apontado no estudo de Garcia e Mattos (2019) e Gama (2019).

Percebeu-se que os líderes religiosos, diante dos fiéis e do alto de seus púlpitos, associavam explicações pseudocientíficas à gênese das homossexualidades. Referiam-se, segundo os relatos, a relações patológicas entre pais e filhos na infância ou a explicações biológicas, como vícios, doenças e compulsões. Segundo Macedo (2017a), os discursos ora endossados pelas ciências psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria) são capturados pelo debate religioso a fim de reforçar os interditos e apagamentos da diversidade sexual e de gênero e suas existências.

Dessa maneira, as homossexualidades são vistas não só como pecado, intervenção demoníaca e falha moral, mas também como adoecimento biológico e psicológico. Todos estes ensinamentos apontam para o exercício de uma heterossexualidade santificada e saudável, e por conseguinte, as homossexualidades necessitariam de intervenções religiosas para se “adequar”. Estes achados se apresentam em consonância a outros estudos que investigam as perspectivas religiosas evangélicas pentecostais e neopentecostais acerca da sexualidade como Fátima (2018), Machado e Piccolo (2010) e Macedo (2017b).

Em suma, uma vez que esses ensinamentos representam o saber religioso e se apresentam em um regime de verdade inquestionável, produz também dicotomias. Na medida em que permite a existência apenas daquilo que é considerado verdadeiro, impõe a adequação e anula expressões divergentes, promovendo exclusões simbólicas e materiais (Portella, 2007). Enquanto “verdades”, estes ensinamentos carregam consigo uma dimensão de poder associada, produzindo normas, limitações e regulações que perpetuam as relações de poder capazes de controlar e regular os corpos (Foucault, 1999).

No tópico seguinte, discutiremos acerca da organização institucional e das relações de poder capazes de produzir sexualidades a partir destes ensinamentos religiosos. Identificamos os subtemas por meio das experiências de controle, vigilância e disciplinarização vivenciadas no interior das igrejas e/ou famílias evangélicas pentecostais e neopentecostais.

2.2. Produção de Sexualidades

As instituições religiosas encontram-se inseridas na complexa rede que compõe o dispositivo da sexualidade. Através de saberes e estratégias específicas de poderes são capazes de produzir sujeitos e sexualidades sob controle de seus códigos e estratégias (Valério, 2004). Nas experiências compartilhadas, identificamos a produção de sexualidades em consonância com os ensinamentos religiosos supracitados a partir de processos representados pelos subtemas: 1) Disseminação, 2) Controle e 3) Vigilância e Punição, conforme subtemas apresentados na Tabela 03.

Tabela 03

Subtemas da Produção de Sexualidades

<p>Disseminação</p>	<p>Eu ouvia muito sobre sexualidade nas pregações. Se eu fosse contar todas as vezes que ouvi falarem de homossexualidades passaria a tarde toda aqui (Juliana).</p> <p>Eu lia livros que explicavam a visão deles sobre o homossexualismo e como o demônio age no corpo da pessoa (Suellen).</p> <p>Fui em um acampamento de jovens e em um congresso que eles ficavam falando muito sobre sexualidade. No congresso, chegaram a colocar imagem do corpo humano para explicar a homossexualidade (Anieli).</p>
----------------------------	---

<p>Controle</p>	<p>Não podia faltar nos eventos da igreja, nem se tivessem eventos de família no mesmo dia (Juliana).</p> <p>Eu fazia muito esforço para comparecer aos retiros e eventos da igreja (Letícia).</p>
<p>Vigilância e Punição</p>	<p>Nos eventos tinha sempre uma moça me vigiando e contando o que eu fazia para minha discipuladora (Anieli).</p> <p>Se eu fizesse algo errado eu me sentia muito mal e sentia a necessidade de contar pra minha liderança. Era muito forte isso da confissão dos pecados (Carol).</p> <p>A pastora me chamou e disse que queria falar comigo. Disse que eu estava indo atrás de uma menina para ter alguma coisa com ela. Ela pediu que eu parasse. Ela disse eu quero que você pare ou se você não parar vou pedir pra você sair da Igreja. Não vai ter como sustentar aqui pessoas homossexuais (Letícia).</p> <p>Todo mundo deduzia minha sexualidade porque que não era mais o líder do teatro, porque que eu não dava mais aula. Porque eu era responsável por tudo isso. E era uma coisa que eu amava, uma coisa que eu tinha me dedicado muito e eu senti o peso de ser tirado de mim. Você está em pecado, você não pode mais fazer isso. Vai pro banco e acabou (Lucas).</p>

Situando-se nesse debate teórico, pode-se entender que o dispositivo refere-se a um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, leis, enunciados científicos e morais, dentre outros elementos, que se articulam em uma rede capaz de produzir sujeitos e sexualidades. Instituições socialmente autorizadas como as científicas, religiosas e/ou jurídicas produzem normativas, disseminam “verdades” e disciplinam condutas a partir de relações de saber-poder (Foucault, 2014). Localizamos aqui, o fenômeno da “cura gay” religiosa inserido neste dispositivo a partir de normativas e práticas evangélicas pentecostais e neopentecostais capazes de produzir efeitos de subjetivação nas experiências das pessoas.

A disseminação dos ensinamentos religiosos que pautam as orientações sexuais não-normativas como pecado, possessão, doença e imoralidade ocorrem entre os fiéis através de atividades religiosas e veículos de comunicação que compartilham os dogmas da igreja evangélica. Percebeu-se que a partir de pregações nos púlpitos, canais de televisão, literatura gospel, retiros e congressos espirituais, líderes religiosos propagavam estes ensinamentos religiosos, como apresentaram os relatos de Suellen, Juliana e Anielli. A forma como se estruturam esses eventos e como tentam docilizar os corpos dos fiéis, revelam mostras de relações de poder disciplinar (Foucault, 1987).

Nestas experiências, existe a presença de um rigor e controle na organização e programação dos eventos, uma vez que os fiéis referem cobranças realizadas para que comparecessem às instituições, aos rituais e/ou eventos sociais ligados à igreja. Pontuaram sobre a necessidade de isolamento dos/as jovens - em acampamentos, retiros e imersões -, além de uma divisão em grupos distintos, seguindo uma lógica binária, a fim de ensinar como é ser homem ou mulher condizentes com os preceitos cristãos pentecostais e neopentecostais. Para Foucault (1987), o poder disciplinar existe nessas relações na medida em que organiza o

espaço através de uma repartição de indivíduos e controla a atividade através da disponibilidade do tempo.

Os relatos demonstram a construção de um tempo integralmente útil para produzir uma atividade desejada, garantindo a sua qualidade por meio de um controle ininterrupto e anulação de tudo o que pudesse perturbar e distrair. Lucas, por exemplo, afirmava que sua vida resumia-se à: “ir da escola para casa e de casa para a igreja”. Ou seja, a organização religiosa parece realizar técnicas de poder disciplinar focadas no controle para que as pessoas se adequem às normas institucionais. Alves e Assunção (2022) explicam que é comum a tática de controle do tempo em igrejas evangélicas, cujo objetivo é fazer com que os jovens fiquem distante de tudo que é considerado “imoral”.

Outra tecnologia de poder disciplinar que permeia as experiências dos/as colaboradores/as dentro das instituições religiosas é a constante vigilância, que incide sobre os corpos das pessoas, controlando seus gestos, suas atividades, sua aprendizagem e sua vida cotidiana (Foucault, 1987). Para Letícia, as roupas eram o artefato principal de controle e vigilância, já para Lucas, os gestos e entonações de voz considerados afeminados eram apontados e fortemente repreendidos. Seus comportamentos eram constantemente monitorados e punidos pelos membros da igreja, sobretudo pelas lideranças e estendido aos familiares religiosos.

Em suas experiências, revelaram que ao não cumprirem as regras heteronormativas condizentes com a religião, passaram a sofrer sanções, advertências e exclusões, como a demissão de cargos ocupados na instituição religiosa, conforme relatado por Lucas. É a partir da vigilância e punição em torno da orientação sexual que os líderes religiosos repreendiam qualquer “desvio”, aplicando-lhes sanções disciplinadoras para conformá-los aos ensinamentos religiosos vigentes naquele espaço.

Para Foucault (1987), a punição e a vigilância são mecanismos de poder utilizados para docilizar e adestrar as pessoas para que se adequem às normas estabelecidas nas instituições. O poder disciplinar objetiva controlar os corpos apagando as diferenças, padronizando-os e enquadrando-os dentro de um modelo social. A sanção é normalizadora porque impõe uma regra a todos/as aos que dela se afastam, impondo uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência).

Os/as colaboradores/as também revelaram o papel fundamental das lideranças religiosas (pastores, discipuladores, obreiros, etc) nas instituições frequentadas. São nas relações dos fiéis com seus líderes, entre o pastor e o seu rebanho, que pudemos observar a presença de relatos de poder pastoral, como na experiência de Letícia que, “acreditava que aquilo era bom pra mim, que estavam fazendo pro meu bem. Deus queria cuidar de mim” e na de Carol ao dizer “se eu fizesse alguma coisa errada sentia necessidade de contar para minha liderança”.

Este poder não se baseia na violência ou na coação direta, mas na forma como as pessoas são governadas através de práticas disciplinares que tem como objetivo conduzir e orientar fiéis. É uma forma de poder sutil e invisível que funciona através de tecnologias como práticas de confissão, o aconselhamento, a catequese e a pregação, que buscam moldar o comportamento dos fiéis de acordo com os princípios da instituição religiosa (Valério, 2004; Barros II, 2020).

Os líderes vigiavam as ações e reações dos fiéis certificando-se de que as “ovelhas” estavam no caminho certo, nesse caso, o caminho da heterossexualidade. Os fiéis deviam também, incorporar a vigilância nos processos de exame de consciência, confessar os pecados e aderir aos conselhos de suas lideranças, marcando a manutenção das relações de poder,

conforme demonstrado nos relatos. Para Foucault (1999), o poder não se concentra em um único ponto ou pessoa, mas se distribui pelas relações sociais e incorpora-se em práticas e discursos cotidianos.

O poder é algo presente em todas as esferas sociais, é construído e mantido através de um conjunto de práticas que moldam subjetividades, comportamentos e formas de pensar. Para Ferreira-Neto (2017), um dos efeitos do poder é a própria subjetividade. Ela é produzida e modificada ao longo do tempo por diferentes formas de poder, que operam desde a contínua vigilância até a internalização de práticas e valores comuns, além de assujeitamentos ou resistências nas tentativas de “cura” religiosa, conforme adentraremos a seguir.

2.3. *Tentativas de “Cura”*

No confronto com os ensinamentos religiosos sobre as sexualidades, rigidamente repassados aos colaboradores/as, houve diferentes formas de tentar “libertar-se” ou “curar-se” de desejos homoafetivos. Nas experiências compartilhadas, as tentativas de adequação às normas estabelecidas pela igreja - ou “cura”- deram origem aos subtemas: 1) Individuais, 2) Institucionais e 3) Familiares. A Tabela 04 apresenta excertos de texto acerca do tema.

Tabela 04

Subtemas das Tentativas de “Cura”

Individuais	<p>Eu jejuava, orava, procurava viver em santidade. Eu tentava fazer tudo certinho e o demônio não saia (Suellen)</p> <p>A gente foi ensinada a fazer jejum e oração pra conseguir o que a gente quer então pensei em deixar de gostar de mulher desse</p>
--------------------	--

	jeito (Letícia)
Institucionais	<p>Foi colocado o fato de que eu tinha um problema e que eu precisava tratar isso e eles iriam estar ao meu lado. Foi então que passei pelo processo de ministração que somente depois entendi que era essa “cura gay” que falam (Lucas)</p> <p>Ela colocou a mão na minha testa e começou a orar dizendo: eu repreendo todo o espírito do homossexualismo. Todo espírito de prostituição. Todo espírito de vadiagem que existe em você eu expulso agora (Letícia)</p>
Familiares	<p>Minha família se juntava pra fazer campanha com meu nome. Elas iam pra igreja fazer isso. Ou então elas oravam de madrugada, por mim, pra tirar o demônio da minha vida. Teve dois momentos em que elas foram pra minha casa sem eu querer e me botaram no meio da roda de oração e essa missionaria chegou a me bater pra tirar os demônios e quebrar correntes (Anieli)</p> <p>Meu tio tentou me convencer de que eu poderia me converter e deixar de ser bissexual aceitando a religião dele (Lúcia)</p>

Os processos de subjetivação, ou seja, as maneiras pelas quais os sujeitos se constituíram em relação aos jogos de verdade e as relações de poder dispostas nas instituições

religiosas ocorreram de formas distintas entre os/as colaboradores/as. Ao introjetar os ensinamentos encontrados na igreja, os/as colaboradores/as subjetivaram-se em processo de assujeitamentos, resultando em tentativas “cura” e ao se oporem a estes ensinamentos subjetivaram-se em dissonância aos jogos de verdade e relações de poder, em um movimento de resistências, conforme observaremos abaixo.

As tentativas de “cura” individuais ocorreram a partir da realização de ritos religiosos e autovigilância. Os/as colaboradores buscaram libertar-se de desejos homoafetivos através de orações, jejuns e isolamento das relações sociais externas à igreja, como explicitado por Suellen e Letícia. Realizavam também exames de consciência - vigiando os pensamentos - como maneira de tentar se libertar e controlar os seus desejos. Estas tentativas denotaram processos de assujeitamentos, em que os/as colaboradores/as internalizaram as normas impostas através do poder pastoral e disciplinar (Foucault, 1987; 2014; Barros II, 2020).

Tal internalização não foi apenas imposta pelas lideranças religiosas, mas também exercidas de forma autônoma, como um produto tanto das imposições quanto das próprias escolhas e decisões individuais. Os sentimentos negativos desencadeados ao se perceberem divergentes, bem como a necessidade de aceitação social ao se adequar a norma, foram propulsores das tentativas de libertação das homossexualidades. Estes relatos coadunam com as exposições de Costa, Silva e Júnior (2018) que referem ser os eventos negativos a que estão expostos, bem como a cultura de agências controladoras, que ditam que ser homossexual é errado ou pecado, que levam as pessoas a comportamentos lesivos e desencadeiam buscas por serviços de “reorientação” sexual como maneira de fuga do sofrimento vivenciado.

Dentre as tentativas de cura institucional, Lucas foi o único colaborador a pedir “voluntariamente” ajuda de suas lideranças para lidar com seus desejos homoafetivos. Esse contato o fez passar por um processo denominado “ministração”. Na experiência de Lucas,

ocorria de uma a duas vezes na semana, e em um momento de intimidade com Deus, seu líder religioso unia leituras bíblicas, ensinamentos morais e pseudocientíficos para explicar a gênese de sua homossexualidade. Além disso, também realizava o regime de jejum e orações para atingir a “cura”. Leticia e Anieli, em contrapartida, não solicitaram intervenção institucional de seus líderes ao se depararem com seus desejos homoafetivos. No entanto, tentaram “curá-las” e “libertá-las” insistentemente, mesmo diante das expressas negativas das colaboradoras. Revelaram, inclusive, ritos institucionais de práticas de exorcismos, que continham agressões físicas.

Segundo Gonçalves (2019), a “cura gay” religiosa é apresentada publicamente por seus adeptos como prática de “liberdade” para qual os jovens poderiam recorrer caso desajassem voluntariamente “abandonar” as homossexualidades. No entanto, observamos através destas experiências, uma estrutura que parece funcionar em favor da produção de uma heterossexualidade compulsória, e que, por vezes, ultrapassa os limites impostos pelos fiéis, desconsiderando suas vontades e seu livre-arbítrio, visando a imposição desses saberes religiosos.

Por fim, ao resistirem às tentativas de “cura” apresentadas anteriormente, os/as colaboradores/as revelaram aquelas praticadas pelos próprios familiares, que em seus ritos grupais, clamavam a Deus pela “reversão” da orientação sexual. Realizavam, ainda, estratégias para aproximar as colaboradoras das instituições religiosas, visando inseri-las ou retorna-las ao controle rígido da igreja. Nessas tentativas de “cura”, houve diferentes processos de subjetivação que ocorreram por meio de assujeitamentos e também de resistências, que serão abordados mais detalhadamente no tópico a seguir.

2.4. Resistências

Para Foucault (2004), as resistências referem-se às estratégias e táticas que os sujeitos desenvolvem para escapar ou resistir aos efeitos do poder. A partir dessa perspectiva, os processos de subjetivação que escaparam à norma cis-heteronormativa contida nos ensinamentos religiosos caracterizaram movimentos de resistências. Foram identificados nos relatos três movimentos referidos nos subtemas: 1) Rompimento com a Igreja, 2) Rede de apoio alternativa e 3) Outros universos, conforme apresentados na Tabela 05.

Tabela 05

Subtemas de Resistências

<p>Rompimento com a Igreja</p>	<p>Eu decidi que precisava sair da Igreja senão eu ia fazer alguma coisa. Eu ia morrer. (Lucas)</p> <p>Eles estavam se metendo muito na minha vida e eu decidi sair (Anieli)</p> <p>Não conseguia ser duas coisas ao mesmo tempo e para assumir minha relação precisava sair de lá (Carol)</p>
<p>Rede de apoio alternativa</p>	<p>Eu encontrei mais amor fora da igreja do que dentro. Ser LGBT você encontra uma outra família e o suporte é mil vezes maior. Eu chegava na igreja eu me sentia excluída e agora quando estou em um lugar com pessoas LGBT eu sou abraçada (Letícia)</p>
<p>Outros universos</p>	<p>A saída da Igreja e a entrada na faculdade foi marcante pra mim. Na faculdade, estudando, eu percebi que eu podia sim ser lésbica (Letícia)</p> <p>Eu sabia que as coisas que eles diziam sobre</p>

	gays não era verdade. Sempre tive amigos que eram e sabia que eles não eram aqueles monstros que eles faziam ser (Anieli)
--	---

Para Ferreira-Neto (2017) as resistências não são o inverso do poder, mas sim uma constante negociação e recriação da realidade social. As resistências podem se manifestar através de movimentos sociais, práticas contra hegemônicas, desobediências e subversões. Dessa forma, representam a possibilidade de recriar a subjetividade em relação ao poder. Nos relatos compartilhados, em diferentes momentos e de maneiras distintas todos/as os/as colaboradores/as subjetivaram-se em movimentos de resistências.

O rompimento com a igreja aparece primeiramente nas narrativas de Anieli, Carol, Juliana, Vinícius e Lúcia. Estes/as colaboradores/as não isolaram suas relações no círculo social estabelecido pela instituição e referiram maiores questionamentos acerca dos ensinamentos religiosos. Após compreenderem melhor suas orientações sexuais, despenderam menores investimentos em tentativas de “cura” individuais, ainda que tenham vivido tentativas institucionais e familiares contrárias a suas vontades. Esta maior abertura social parece tê-los possibilitado conhecer outros modos de subjetivação menos violentos o que pode ter contribuído para a presença de desobediências e subversões em detrimento de tentativas de “cura” individuais no curso dos desfechos dessas histórias.

Já Lucas, Suellen e Letícia relataram menores questionamentos acerca dos ensinamentos religiosos e isolaram suas relações sociais em relações heteronormativas ou estabelecidas no interior das instituições religiosas. Acreditamos que esta “obediência” específica em suas experiências limitou ainda mais seus universos de subjetivação, delimitando construções de si ainda mais violentas. O apagamento da representatividade de outras subjetivações possíveis, como por exemplo as significações acerca da diversidade sexual e de gênero como manifestações possíveis e saudáveis da sexualidade humana, parece ter influenciado no processo de assujeitamento em maior intensidade vivenciado. Ainda

assim, eventualmente, estes/as colaboradores/as acabaram por romper com a instituição religiosa em movimentos de resistência.

Silva et. al. (2008) demonstraram que os ensinamentos religiosos podem ser intimamente absorvidos pelos fiéis pentecostais e neopentecostais, como ocorreu nos casos acima. Nessa pesquisa, jovens evangélicos posicionaram-se acerca das homossexualidades conforme preconizavam seus líderes religiosos, afirmando que Deus não aprova estas existências e que aqueles que desejassem abandonar esse “comportamento” deviam procurar a Igreja. Neste enredo, a instituição religiosa seria capaz de fornecer subsídios para que homens e mulheres se “libertem dessa condição” ao converterem-se às leis de Deus.

Nos processos de resistências relatados, o rompimento com as instituições religiosas a que frequentavam também demarcou a inserção destes/as colaboradores/as em outros universos sociais (e.g. faculdade, trabalho, amizades). A ampliação desta rede de contato possibilitou a aproximação com modos de subjetivação mais diversificados, capazes de fornecer maior aceitação e acolhimento em suas histórias. Além disso, proporcionou a eles/as confrontamentos políticos do que era dito em púlpito (pecado, possessão, imoralidade e atração de males) e a vivência de suas orientações sexuais. Segundo os relatos, o rompimento com as instituições religiosas funcionou como uma tática de sobrevivência, agindo na busca por ambientes mais acolhedores e inclusivos.

Experimentar estes outros universos capazes de fornecer aceitação e acolhimento é de suma importância nas experiências de lésbicas, gays e bissexuais, tendo em vista que diferentes espaços públicos e privados podem funcionar como dispositivos de apagamentos, interditos e violências contra as pessoas que fogem a lógica cis-heteronormativa (Cantelli, 2016; Tagliamento et al., 2020). As interpretações conservadoras do código moral e doutrinário cristão exerceram um efeito poderoso nos relatos compartilhados e potencializaram possibilidades de afetar o desenvolvimento de uma identidade saudável e

positiva nessas pessoas, culminando em sofrimentos subjetivos e intensificando vulnerabilidades na saúde mental (Natividade & Oliveira, 2013; Silva & Menandro, 2016, Souza & Souza, 2020).

Nessa mesma perspectiva, a experiência de uma rede de apoio alternativa às igrejas também é de suma importância. A rede de apoio encontrada nas instituições foi descrita como condicional às heterossexualidades e foram fortemente fragilizadas conforme os/as colaboradores/as aproximavam-se de suas orientações sexuais e expressões subjetivas no mundo. Estudos como os de Duarte e Oliveira (2021) demonstram como o isolamento social de redes de apoio pode agravar condições pré-existentes de saúde mental, como a solidão, a depressão, a ansiedade e a ideação suicida.

Por fim, é importante salientar que a LGBTfobia se articula não somente em torno de emoções, crenças e convicções, mas também em atos, práticas, procedimentos, leis e dispositivos ideológicos, como teorias, mitos e doutrinas. Ocorrem, muitas vezes, de maneira sutil, velada e praticada intencionalmente nas mais diversas instâncias religiosas (Natividade, 2006). Não se trata apenas de uma violência enquanto fenômeno isolado, mas também como uma ameaça estrutural aos valores democráticos de Estado e de compreensão e respeito aos próprios direitos humanos.

As estratégias de resistências - rompendo com a Igreja, habitando novos universos e construindo redes de apoio alternativas - podem trazer caminhos desafiadores, especialmente em tempos de conservadorismo e retrocesso. Além disso, também podem potencializar efeitos positivos na saúde mental das pessoas, produzindo diferentes vias de suporte que foram capazes de amortecer os danos relacionados às experiências de “cura gay” religiosa que atravessaram os relatos dos/as colaboradores/as.

2.5. Efeitos na Saúde Mental

Passar pela experiência da “cura gay” religiosa se demonstrou um processo de vulnerabilidade para os danos à saúde mental dos/das colaboradores/as. Os diferentes efeitos relatados deram origem aos subtemas 1) Autoconceito; 2) Emocionais e 3) Perspectivas de futuro, conforme Tabela 6..

Tabela 06

Subtemas dos Efeitos na Saúde Mental

<p>Autoconceito</p>	<p>Eu acreditava que eu era filha de satanás, uma aberração (Carol)</p> <p>Eu achava que eu era a pior pessoa do mundo. Se precisassem de uma pessoa ruim pra um sacrifício, essa pessoa seria eu (Letícia)</p> <p>Eu sempre me achava esquisita. Sempre fui tratada assim e ficou. Só abraçar e aceitar. Mas quando olho pra trás o motivo é a religião. Não vejo outra coisa (Anieli)</p>
<p>Emocionais</p>	<p>Eu sentia muita vergonha, não falava pra ninguém o que eu sentia (Carol)</p> <p>Então eu vivia nesse eterno confessar, pedir perdão e me sentir culpado (Lucas)</p> <p>E nada do que eu fazia adiantava, e isso me deixava desesperada, porque o medo de morrer, o medo de ir pro inferno era gigante e eu chorava (Suellen)</p>

	<p>Então eu estava ali vulnerável e eles estavam vindo com tudo. E eu... não dá. É muito pesado. Eu não consigo. Foi quando eu me esgotei. Se eu não sair daqui eu vou morrer. Eu vou fazer alguma coisa. Eu vou me matar (Lucas)</p> <p>E isso muda o sentido de se matar. Porque talvez eu já pensei em me matar antes mas não fazia por causa da igreja. Agora, isso seria possível (Anieli)</p>
<p>Perspectiva de futuro</p>	<p>Eu tinha que lutar para sempre. Era meu espinho na carne, ia estar sempre ali comigo (Lucas)</p> <p>Deus não perdoa o suicídio e a homossexualidade... Então acho que nunca vou ganhar o perdão (Letícia)</p> <p>Eu estava preso no pensamento de que eu estava fadado ao inferno. Fadado a tudo de ruim (Lucas)</p> <p>Se agora eu iria ser uma condenada eu não queria mais viver (Anieli)</p>

Nos dias atuais, a religião ainda se firma como instância reguladora de valores, difundindo um ideário de certo e/ou errado, que acaba atuando como meio de controle social (Meneses & Cerqueira-Santos, 2013). Mesmo se tratando de jovens heterossexuais de pastorais evangélicas, ela apresenta significativa influência no comando da iniciação sexual. Igrejas pentecostais e neopentecostais agem de forma a diminuir o tempo livre dos jovens,

criando grupos de namoro e de aconselhamento, fazendo com que eles dediquem a maior parte da sua rotina ao ambiente religioso. Acabam criando um espaço em que o sexo e a sexualidade são encarados como tabu, já que valorizam a heterossexualidade, virgindade e o sexo pós-casamento, o que pode afetar o comportamento sexual e reprodutivo das pessoas (Verona & Regnerus, 2014).

As verdades construídas e revestidas de ensinamentos religiosos pentecostais e neopentecostais absorvidos pelos/as colaboradores/as geraram efeitos negativos em seu autoconceito, apresentando perspectivas de autodesvalorização e percepção de si como “aberração” ou pessoas “ruins”. Cerqueira-Santos et al. (2017) demonstraram que altos níveis de religiosidade possuem correlação com a presença de altos níveis de LGBTfobia internalizada nas pessoas. Nos relatos compartilhados, assim como no estudo de Alves e Assunção (2022), as repercussões e impactos dos ensinamentos religiosos e das tentativas de “cura” mostraram-se bastante danosas na construção identitária, produzindo vulnerabilidades em saúde mental.

Emocionalmente, realizar ou se perceber em condutas reprovadas pela igreja desencadearam culpa, ansiedade, tristeza, medo e vergonha de si, conforme identificados nos relatos de Carol, Lucas, Suellen e Anielli. Essas emoções impulsionaram, por exemplo, a busca pela “cura gay” religiosa com a ideia de que Deus iria libertá-los da condição abjeta de existência que a própria igreja perpetuava. Os/as colaboradores/as sentiam-se pressionados/as a agir de acordo com a comunidade não só em atitudes externas, mas em seus sentimentos internos, o que os deixavam “exaustos/as” e “infelizes”. Revelaram sentirem-se constantemente sob escrutínio e vigilância da instituição, sendo cobrados/as não somente pelos seus comportamentos, mas também por seus pensamentos e desejos. As tentativas de “cura” presentes nas experiências aumentaram a pressão e culpa que eles já sentiam em relação a sua orientação sexual.

Importante pontuar que tais experiências emocionais negativas resultam do preconceito e da discriminação vividos pelos/as colaboradores/as no ambiente religioso, e a recorrência dos relatos de tensão ocorreram independente das trajetórias individuais. Cecarelli (2008) refere que o sofrimento devido ao fato de ser lésbica, gay ou bissexual advém muito mais das questões sociais e da discriminação do que da orientação sexual em si. Além das emoções descritas que revelam intenso sofrimento psíquico, os/as colaboradores/as relataram ainda a presença de ideias suicidas. Dessa forma, assim como os estudos de Souza e Souza (2020), Gibbs e Goldbach (2015) e Rosa e Esperandio (2022) encontramos também influência significativa da religiosidade e do estigma fomentado pela igreja no sofrimento mental de lésbicas, gays e bissexuais, aumentando inclusive, a chance de ideiação suicida.

Ainda, os/as colaboradores/as referiram uma visão de futuro negativa na qual a luta contra seus desejos “perceia não ter fim”, como cita Lucas. Acreditavam, de acordo com o pentecostalismo e neopentecostalismo, que por serem “acometidos” de forças malignas, estariam fadados a diversos sofrimentos, destinados ao “inferno em vida e na morte”, como cita Anielli e também foi encontrado no estudo de Fátima (2018). Seus futuros, portanto, estariam reservados a lutas incessantes entre as suas orientações sexuais e as prescrições heteronormativas religiosas: um eterno ciclo de pecar, culpar-se e pedir perdão.

Pensamos, assim como propõe Zanello (2018), em uma perspectiva de saúde mental estruturada por meio de diferentes dispositivos que compõem a sociedade. Não basta, portanto, apontar que lésbicas, gays e bissexuais que tiveram experiências em um ambiente religioso contrário a sua orientação sexual estão mais suscetíveis ao sofrimento psíquico e às ideias suicidas, mas também, denunciar, revelar e descrever as estruturas de significação por trás desses efeitos - jogar luz sobre as relações de poder que permeiam o dispositivo da sexualidade e que culminam nos efeitos na saúde mental de quem teve experiências de “cura

gay” religiosa. Para Ferreira-Neto (2017), é importante analisar os modos de subjetivação de pessoas que escapam ao binarismo sexual, seus marcadores sociais, e a cristalização desses processos no contexto macropolítico das religiões pentecostais e neopentecostais.

Em suma, ao perpetuar estereótipos e preconceitos em relação às homossexualidades, instituições religiosas podem contribuir para o sofrimento psíquico de lésbicas, gays e bissexuais. A religiosidade, por vezes, pode se apresentar como fator de proteção psicológica e social na vida das pessoas (Dahl e Galliher, 2012), contudo, nas experiências compartilhadas, essa lógica segue de maneira de inversa, e o autoconceito, as emoções e as perspectivas de futuro dos/as colaboradores/as foram engendradas por uma heterossexualidade compulsória e incutida de muita tensão.

3. Considerações Finais

O fenômeno da “cura gay” religiosa, a partir da experiência dos colaboradores, se apresentou a partir de construção de verdades para controle dos corpos camufladas em ensinamentos religiosos que pautaram as homossexualidades, bissexualidades e lesbianidades enquanto pecado, imoralidade, possessão demoníaca e patologia. Sob essa ótica, propôs-se que para andar sob as normas estabelecidas por Deus, dentre elas, a heterossexualidade era necessário converter-se à religião e submeter-se às suas regras e normas, dedicando tempo, relações e conduta consonantes ao estabelecido. Dessa forma, se atingiria a “cura” desta “prática”.

Encontrou-se ainda a descrição de estruturas institucionais que fazem circular esses ensinamentos e relações de poder entre os fiéis e líderes religiosos capazes de produzir sexualidades e subjetividades. Encontramos uma estrutura que caminha em favor de uma heterossexualidade compulsória e a partir da qual os/as colaboradores/as subjetivaram-se em suas experiências e processos de construção de si. Emergiram então processos de tentativas

de cura e de resistências, embaralhadas, sobrepostas e complexas. É importante ressaltar que muitas vezes as tentativas de cura ocorreram em processos de assujeitamentos, contudo, em outras, ocorreram a partir de relação de violência física e simbólica nos ritos executados abdicando da autonomia das pessoas.

Nos processos de resistência a construção de rede de apoio alternativas às da igreja, inserção em outros universos sociais e rompimento com a instituição religiosa foram marcadores de melhora na experiência das próprias orientações sexuais nos colaboradores. Ainda assim, ter vivido experiência de “cura” gerou efeitos negativos nas saúde mental dos/as colaboradores/as, causando danos em seu autoconceito, suas emoções e perspectivas de futuro, ensejando tamanho sofrimento capaz de influenciar em ideações e tentativas de suicídio.

Salienta-se que este estudo foi limitado diante de poucos/as participantes dispostos a falar sobre o tema. É importante a realização de novos estudos buscando compreender ainda mais sobre este fenômeno atrelado a uma instituição religiosa em crescente expansão no país. Salientamos que trata-se de um estudo qualitativo no qual não é passível realizar generalizações. Ainda que cada experiência seja única e inscrita em realidades específicas, podem dar mostras do que acontece no campo como um todo, emergindo diferentes linhas que culminaram na fuga deste contexto, na busca por liberdade de viver quem se é.

Não buscamos com este estudo tecer julgamentos morais acerca de perspectivas teológicas das vertentes religiosas evangélicas pentecostais e neopentecostais, mas colocar em xeque os efeitos de seus ensinamentos e práticas sobre a sexualidade humana nas histórias de lésbicas, gays e bissexuais no Norte do Brasil. Buscamos com este artigo elucidar a importância de refletir os diferentes saberes que produzem sexualidades no nosso tempo e contexto histórico, sobretudo, ao pensar no sofrimento psíquico de lésbicas, gays e bissexuais no Brasil. Pensamos assim contribuir para uma Psicologia capaz de vislumbrar nuances das

existências humanas no mundo, compreendendo os diferentes atravessamentos inerentes à realidade a que essas existências estão submetidas.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM.

REFERÊNCIAS

- Almeida, T. B. (2021). História do Pentecostalismo Brasileiro: origem, crescimento e expansão. *REPAS*, 8(8).
- Alves, A., & Assunção, M. (2022). Em Nome De Que Deus? Servidão Psicológica, Discurso Pastoral e Terapias de Conversão. *Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas*, 6 (12), 193-212. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/28323>
- Barros II, J. R. (2020). Poder pastoral e cuidado de si em Foucault. EDUNILA, Foz do Iguaçu.
- Brasil (2011). Projeto de Decreto Legislativo 234/2011. Câmara dos Deputados, Brasília, DF.
url:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research*, 3(2), p. 77-101.

- Campos, L. S., & Guerra, V. M. (2016). O ajustamento familiar: associações entre o apoio social familiar e o bem-estar de homossexuais. *Psicologia Revista*, 25(1), 33–57. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/29609>
- Cantelli, A. L. (2016). Travestilidade e transexualidade no ensino superior: Deslocamentos e tensões produzidas pelas resoluções do nome social. In: Seminário Internacional de Educação e Sexualidade, 4., 2016, Vitória: UFES.
- Casarões, G. (2020). Religião e poder: a ascensão de um projeto de nação evangélica no Brasil. *Revista Interesse Nacional*, v. 13, n. 49, p. 9-16.
- Cerqueira-Santos, E. et. al. (2017). Homofobia internalizada e religiosidade entre casais homoafetivos. *Temas em Psicologia*, 25(2), 691-702. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2017.2-15>
- Conselho Federal de Psicologia. (1999) *Resolução CFP nº 01, de 22 de março de 1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2023). Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), Brasília.
- Costa, A. E., Silva, D. M. V., & Júnior, J. I. L. (2018). Reorientação sexual: compromisso científico ou subterfúgio para cura gay?. *Gep News*, 2(2), 198-203.
- Costa, M. C. C. (2021). Implantação E Avanço Do Pentecostalismo Na Amazônia Maranhense: As Assembleias De Deus Em Imperatriz E Na Região Sul Do Maranhão (1952-1984). *Estudos Teológicos*, 61(1), 110-125.
- Cunha, M. (2008). “A Serviço do Rei”. Uma Análise dos Discursos Cristãos Mdiatizados. *Revista de Estudos da Religião*, pp 46-68.

- Dahl, A., & Galliher, R. V. (2012). The interplay of sexual and religious identity development in LGBTQ adolescents and young adults: A qualitative inquiry. *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 12(3), 217–246. <https://doi.org/10.1080/15283488.2012.691255>
- Datafolha (2020, 13 de janeiro). Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. *Folha de São Paulo*. url: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>
- Dias, T. B. (2019). “Do púlpito ao palanque”: o argumento da liberdade religiosa e a cura gay em perspectivas evangélicas conservadoras. *Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB*, 16(1), 117-139.
- Duarte, M. J., & Oliveira, D. F. S. (2021). LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 19(48).
- Fatima, W. D. S. D. (2018). As sexualidades mal ditas no discurso religioso neopentecostal. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem).
- Ferreira-Neto, J. L. J. (2017). A analítica da subjetivação em Michel Foucault. *Revista Polis e Psique*, 7(3), 7-25.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1996). *Ordem do discurso*. s.n.: Edições Loyola.
- Foucault, M. (1999). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999 (a).

- Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Motta, M. B. (org.). *Ética, sexualidade, política. Ditos e escritos V*. Trad. E. Monteiro e I. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-287.
- Foucault, M. (2007). *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014). *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra.
- Frazão, P., & Rosário, R. (2008). O *coming out* de gays e lésbicas e as relações familiares. *Análise Psicológica*, 26(1), 25–45
- Gama, M. C. B. D. (2019). Cura gay? Debates parlamentares sobre a (des) patologização da homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 4-27.
- Garcia, M. R. V., & Mattos, A. R. (2019). “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des) Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39.
- Gibbs, J. J., & Goldbach, J. (2015). Religious Conflict, Sexual Identity, and Suicidal Behaviors among LGBT Young Adults. *Archives of suicide research: official journal of the International Academy for Suicide Research*, 19(4), 472–488.
<https://doi.org/10.1080/13811118.2015.1004476>
- Gonçalves, A. O. (2019). Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. *Religião & Sociedade*, 39, 175-199.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Recuperado de http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf

- Kahhale, E. M. (2011). *Histórico do Sistema de Conselhos de Psicologia e a interface com as questões LGBT*. In: Conselho Regional de Psicologia 6ª Região - CRP6 (Ed.), *Psicologia e diversidade sexual* (p. 20-24). São Paulo, SP: o autor.
- Macedo, C. M. R. (2017a). *A “clínica pastoral” dos psicólogos cristãos no Brasil*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva).
- Macedo, C. M. R. (2017b). “Cura Gay” em contextos evangélicos: tensionamentos, deslocamentos e transformações. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis.
- Machado, M. D. C.; Piccolo, F. D. (2010). *Religiões e Homossexualidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Mariano, R. (2004). Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos avançados*, 18, 121-138. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300010>
- Meneses, A. F. S. ; Cerqueira-Santos, E. (2013). Sexo e Religião: Um estudo entre jovens evangélicos sobre o sexo antes do casamento. *Clinica e Cultura*, v. 2, p. 82-94.
- Mesquita, D. T., & Perucchi, J. (2016). Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & Sociedade*, 28, 105-114.
- Minayo, M. C. S. (2010). Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: _____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, p. 261- 297.
- Natividade, M. (2006). Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21, 115-132.
- Natividade, M., & Oliveira, L. (2013). *As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond.

- Portella, R. (2007). Discurso Religioso, Legitimidade e Poder: algumas considerações a partir de Bourdieu, Foucault e Heller. *Revista Fragmentos de Cultura – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, 16(78), p. 567-576.
- Rosa, Z. T. S., & Esperandio, M. R. G. (2022). O papel da espiritualidade/religiosidade na saúde mental de minorias sexuais: revisão integrativa da literatura. *Estudos de religião*, 36(2), 23-51.
- Silva, C. et al. (2008). Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez. *Psicologia em estudo*, v. 13, p. 683-692.
- Silva, O.; Menandro, M. C. S. (2016). Lavado e remido pelo sangue do cordeiro”: Fundamentalismo cristão e a ideologia ex-gay pela ótica da psicologia. 4º Seminário De Educação E Sexualidades E 2º Encontro Internacional De Estudos De Gênero, p. 1-16.
- Souza, M. C. N. de, & Souza, M. L. de. (2020). “A igreja católica te condena. A igreja evangélica te condena”: O discurso religioso judaico-cristão afetando a construção da identidade lésbica. *Revista PINDORAMA*, 11(1), p. 9–23.
<https://doi.org/10.55847/pindorama.v11i1.817>
- Tagliamento, G. et. al. (2020). Minha dor vem de você: uma análise das consequências da LGBTfobia na saúde mental de pessoas LGBTs. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 6(3), 77-112.
- Valério, M. E. (2004). Foucault pensando a religião. *Mneme - Revista De Humanidades*, 5(10). <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/209>
- Verona, A. P. A., & Regnerus, M. (2014). Pentecostalismo e iniciação sexual pré-marital no Brasil. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 31(1), 99–115. Recuperado de <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/644>

Zanello, V. (2018). *Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação* (1a ed.). Curitiba: Appris.

CONCLUSÃO

As instituições religiosas atualmente parecem ocupar e promover práticas de reorientação sexual, similar ao que foi feito pelas ciências *psis* principalmente no século XIX. Atualmente, a Psicologia não endossa mais esse posicionamento, não obstante, igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais, bem como associações e grupos religiosos continuam a promover práticas embasadas em uma perspectiva religiosa que captura um discurso ultrapassado das ciências *psis*, e que ao longo dos apontamentos deste estudo foram utilizadas para embasar práticas e as legitimar com “veracidade” científica.

No primeiro estudo, do tipo ensaístico, descrevemos o percurso realizado pelo discurso das ciências *psi* referente a gênero e sexualidade dos séculos XIX e XX, assim como a apropriação e uso de parte dele por políticos e religiosos cristãos no Brasil para legitimar práticas de “cura” religiosa. Por meio das contribuições da Análise do Discurso Foucaultiana, notamos a importância de tornar visíveis a materialidade e as relações saber-poder circunscritas em torno do fenômeno da “cura gay” e as “terapias de conversão religiosa”, situando a Psicologia enquanto ciência e profissão propulsora de um debate ético-político que garanta a integridade dos direitos humanos de pessoas que escapam a lógica cis-heteronormativa. Reforçamos, portanto, a necessidade de indagar discursos dominantes que produzam violências físicas e/ou simbólicas, seja em Manuais Diagnósticos ou em livros sagrados como a própria Bíblia – já que não deixam de ser discursos-, e por isso, precisamos garantir a importância da laicidade tanto no Estado quanto na produção de normativas psicológicas.

Já no segundo artigo, do tipo de campo, buscamos compreender os diferentes desfechos e efeitos emergentes nas experiências narradas por oito jovens autoidentificados como lésbicas, gays ou bissexuais, a partir de inspirações advindas dos pressupostos de

Michel Foucault (2004, 2014) sobre o dispositivo da sexualidade e subjetivação para discussão dos resultados. Percebeu-se que existe a manutenção de perspectivas preconceituosas e aniquiladoras das existências lésbicas, gays e bissexuais, das quais as igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais aqui estudadas promovem e compartilham. Uma estrutura rígida de vigilância, controle e punição que através de tecnologias e relações específicas de poder atravessam corpos, subjetivam sujeitos e produzem apagamentos e violências. Dessa forma, ter vivido experiências de “cura gay” religiosa gerou efeitos negativos na saúde mental dos/as colaboradores/as deste estudo, causando danos em seu autoconceito, suas emoções e perspectivas de futuro, e ensejando intenso sofrimento - capaz de influenciar em ideações e tentativas de suicídio.

O fenômeno da “cura gay” religiosa ocupa diferentes espaços sociais e encontra-se intimamente atravessado por relações de saber-poder. É possível observá-lo nas disputas políticas, nas pautas defendidas pela bancada evangélica, no reavivamento de pânico morais gerados em torno da orientação sexual de lésbicas, gays e bissexuais, e rasteja-se até a ciência psicológica, atravessando a prática daqueles conhecidos como psicólogos cristãos. O fenômeno ocorre, ainda, no cotidiano daqueles que compartilham dos ensinamentos religiosos e ressoa no campo microfísico das relações, nas histórias individuais, nos marcadores de sofrimento psíquico e em suas linhas de fuga.

Por fim, apontamos algumas limitações deste estudo: a) a ausência de uma revisão de literatura exclusivamente nortista, para compreender melhor o campo nesta área do país; b) o número reduzido de colaboradores/as da pesquisa; c) realizamos o recorte específico de um fenômeno amplo, desordenado e complexo – que envolve diferentes atores, atrizes e arenas de disputas de poder.

Sugere-se que novos estudos, especialmente articulando os desdobramentos microfísicos aos movimentos realizados no campo macrofísico dessa disputa, sejam

desenvolvidos. Ressalta-se a também a importância de análise dos movimentos sociais religiosos nortistas e suas engrenagens históricas e políticas no que concerne ao debate de gênero e sexualidade.

Por fim, no campo na Psicologia, reforçamos a importância de incluir gênero e sexualidade nas práticas formativas, reiterando a laicidade da profissão, além de disseminar, orientar e estudar os documentos já produzidos pelo CFP. Nos espaços de escuta, se faz necessário legitimar as diferentes orientações sexuais e considerar as experiências de “cura gay” religiosas como estratégias de minimizar ou dirimir os efeitos sociais do preconceito, da exclusão e das violências que atravessam as malhas da sociedade. Contudo, os efeitos destas tentativas de reorientação parecem intensificar justamente aquilo que se tentava “curar”: o sofrimento.

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Anexo 2 – Questionário sociodemográfico

Anexo 3 – Instrumento de entrevista

Anexo 4 – Declaração

Anexo 5 – Parecer do CEP/UFAM



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Olá, o (a)Sr (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa **Discurso religioso neopentecostal na trajetória de vida de pessoas LGBTI+ no Norte do Brasil**, cuja pesquisadora responsável é Ana Paula Pereira Nabero, sob orientação do Professor Dr. Breno de Oliveira Ferreira.

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) por ser maior de 18 anos de idade, se autoidentificar como uma pessoa Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero e/ou Intersexual, ter se desenvolvido em uma família praticante da religião evangélica neopentecostal e por considerar-se emocionalmente preparado(a) para falar sobre o tema proposto, preenchendo os critérios para o público desta pesquisa.

O objetivo geral da realização deste estudo é compreender de que formas o discurso religioso neopentecostal desdobra-se na trajetória de vida de pessoas LGBTI+ no Norte do Brasil. Os objetivos específicos são identificar os efeitos do discurso religioso neopentecostal na produção de subjetividades de pessoas LGBTI+, sobretudo na autopercepção e expressão da orientação sexual e/ou identidade de gênero; conhecer eventos atravessados pelo discurso religioso neopentecostal nas esferas sociais, familiares e subjetivas das trajetórias de vida das pessoas entrevistadas e compreender as relações de saber, poder e subjetivação envolvidas nesse processo.

Caso aceite participar do estudo, sua participação consistirá em comparecer a uma entrevista narrativa, que buscará conhecer através da história oral os desdobramentos do discurso religioso neopentecostal em sua trajetória de vida, e em seguida, participar de uma entrevista semi-estruturada, com perguntas abertas, que buscam contemplar áreas que não tenham sido exploradas na narrativa principal. As entrevistas serão registradas em áudio e vídeo, sendo realizadas via Google *Meet*, exceto quando houver indisponibilidade do (a) Sr (a) no uso do referido aplicativo. Neste caso, será eleita outra plataforma de comunicação que mantenha o resguardo do sigilo das informações.



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Todas as informações coletadas e os conteúdos audiovisuais serão acessados apenas pela pesquisadora, seu orientador e, se necessário, um(a) profissional para transcrição do conteúdo de áudio, tendo sempre como princípio a confidencialidade de sua identidade, a privacidade das informações e a proteção da sua imagem, garantindo a não utilização das informações em prejuízo do (a) senhor (a) e/ou da comunidade, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros.

Caso haja seu consentimento para participação da pesquisa, é garantido ao (à) Sr (a) o direito em acessar o teor do conteúdo do instrumento a ser utilizado e dos tópicos que serão abordados antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada e consciente. É resguardado ainda seu direito em não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal. O (A)Sr (a) tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa. Em caso de desistência após a realização das entrevistas, é necessário o contato com a pesquisadora responsável que lhe enviará resposta confirmando a ciência de sua decisão. Nesse caso, os dados referentes às entrevistas do (a) Sr (a) serão excluídos.

De acordo com a Resolução nº 466/12 (BRASIL, 2012) todas as pesquisas com humanos envolve riscos em diferentes níveis. Os riscos de participação nessa pesquisa são possíveis constrangimentos ou incômodos em falar de temas relacionados à orientação sexual, identidade de gênero e religiosidade. Em caso de ocorrência, a pesquisadora e psicóloga inscrita sob o CRP 20/10221 irá prestar atendimento psicológico imediato. Há ainda os riscos relacionados à utilização do meio virtual para a realização da pesquisa como a possibilidade de acesso indevido de dados confidenciais. Para minimizar esses riscos, após a coleta os dados serão transferidos da plataforma digital para um dispositivo eletrônico local.

Asseguramos ao Sr (a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo, pelo tempo que for necessário. O (a) Sr (a) poderá ser encaminhado para o Centro de Serviços de Psicologia Aplicada (CSPA), vinculado à Faculdade de Psicologia (FAPSI/UFAM), a



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

fim de obter uma assistência prolongada. A assistência fornecida pelo CSPA é totalmente gratuita. O CSPA fica localizado na Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6.200, Setor Sul, Bloco X, Coroado I, Manaus - AM, CEP 69067-005; com os números de telefone (92) 33051181 (ramal: 2582) e (92) 993561677.

Como benefícios diretos dessa pesquisa destacam-se a possibilidade de pensar e falar sobre os desdobramentos do discurso religioso neopentecostal na trajetória de vida dos(as) participantes, a possibilidade de ampliar o autoconhecimento e a oportunidade de representar pessoas que tenham vivências similares. Os benefícios indiretos se referem a contribuições para a ciência psicológica, na medida em que pesquisas posteriores poderão utilizar os resultados e discussão deste estudo como contribuições, a possibilidade de aprofundar os estudos sobre o cenário religioso nacional e suas interfaces com as existências LGBTI+, além de possibilidade de realizar estudos que versem sobre a região Norte do país.

Existem ainda os benefícios da utilização do meio virtual para coleta de dados, como por exemplo, a possibilidade de se realizar entrevistas em diferentes estados e cidades do Brasil, o controle do risco de contaminação pela COVID-19 e a liberdade do (a) participante em escolher um local de maior segurança para participar das entrevistas deste estudo.

Se julgar necessário, o (a)Sr (a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo (a) na tomada de decisão livre e esclarecida.

A participação nesta pesquisa não prevê qualquer tipo de remuneração, sendo a sua participação integralmente voluntária. Entretanto, garantimos aoSr (a), e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Também está assegurado aoSr (a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação de dano causado pela pesquisa. Todos os ressarcimentos serão custeados pela pesquisadora.



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

O (A)Sr (a) pode entrar em contato com a pesquisadora responsável, Ana Paula Pereira Nabero, a qualquer tempo para informação adicional pelo e-mail psi.anapaulanabero@gmail.com, bem como com o orientador desta pesquisa, o Prof. Dr. Breno de Oliveira Ferreira, pelo e-mail breno@ufam.edu.br. Ambos também podem ser contados pelo no endereço institucional Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 6.200, Setor Sul, Bloco X, Faculdade de Psicologia, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Coroado I, Manaus - AM, CEP 69067-005.

O (A) Sr (a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. Devido à pandemia da COVID-19, o contato com o CEP está ocorrendo exclusivamente pelo e-mail mailcep@ufam.edu.br. Entretanto, ressalta-se que o CEP/UFAM tem endereço físico, estando localizado na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Recomendamos ao (à) Sr (a) imprimir este TCLE e guardá-lo como comprovante de seu consentimento e dos termos aqui descritos, ou fazer download em pdf.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa, permitindo, inclusive, a gravação de imagem e som durante a entrevista do estudo.

() Sim

() Não

Pesquisadora

Participante

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Dados Sociodemográficos

1. Nome (aqui você pode escolher um nome fictício para proteger sua identidade):

2. Idade: _____

3. Identidade de Gênero (marque a(as) opção(ões) que contemplem sua identidade):

Mulher-Trans Homem-Trans Não binária/o/e

Mulher Cisgênero Homem Cisgênero Travesti

Intersexo Outra(s) _____

3. Orientação Sexual:

Assexual Homossexual

Bissexual Heterossexual Outra(s) _____

4. Estado Civil:

Solteira(o) Vivendo com companheira(o) Viúva(o)

Separada(o) ou divorciada(o) Namorando Casada/o

5. Cor/Etnia:

Indígena Pardo(a) Preto(a) Branco(a) Amarelo(a)

6. Natural de (cidade): _____

UF: _____

7. Cidade onde reside atualmente: _____

UF: _____

8. Qual é a sua situação de moradia?

- Moro sozinho Com ambos os pais Com o pai
 Com a mãe Com o cônjuge Em casa de outros familiares
 Em república Em pensão/pensionato/hotel
 Outro tipo de moradia: _____

10. Quantos filhos você tem? _____ filhos(as).

11. Escolaridade:

- Ensino fundamental incompleto Ensino médio incompleto Superior incompleto
 Ensino fundamental completo Ensino médio completo Superior completo
 Pós-graduado Sem instrução formal Não sei

12. Autoclassificação socioeconômica:

- Classe alta Classe média-alta Classe média
 Classe média-baixa Classe baixa

13. Com relação à sua religião/doutrina/crença, você se considera:

- Ateu(eia)/agnóstico(a) Cristão(ã)/evangélico(a)
 Cristão(ã)/católico(a) Religiões de matriz-africana
 Outra: _____

13. Qual Igreja sua família frequenta/ou?: _____

ANEXO 3

INSTRUMENTO DE ENTREVISTA

Roteiro da entrevista semiestruturada

- 1) Você poderia me contar, como se tivesse contando uma história ou um filme, como foi crescer em um ambiente religioso neopentecostal? De que maneiras esse discurso se desdobrou na sua trajetória de vida?

- 2) Você acredita que o discurso religioso neopentecostal atravessou seus relacionamentos familiares? Como?

- 3) Você acredita que o discurso religioso neopentecostal atravessou seus relacionamentos sociais? (amigos, colegas de trabalho, escola, faculdade, dentre outros)

- 4) Você acredita que pôde expressar sua orientação sexual e/ou identidade de gênero durante sua trajetória de vida?

- 5) Como você enxerga sua orientação sexual e/ou identidade de gênero atualmente? Sempre foi assim na sua trajetória?

- 6) Gostaria de falar alguma coisa que eu não te perguntei, ou reforçar alguma coisa que você já disse?

ANEXO 4

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que estou de acordo com atendimento psicológico, caso necessário, aos participantes da pesquisa “Discurso religioso neopentecostal na trajetória de vida de pessoas LGBTI+ no Norte do Brasil”, que será desenvolvida pela mestranda Ana Paula Pereira Nabero, sob orientação do professor Breno de Oliveira Ferreira.

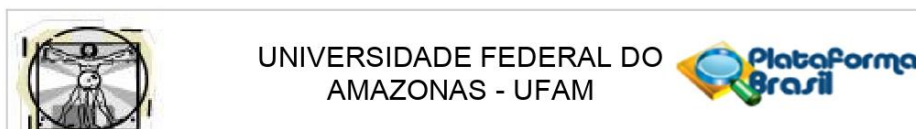
Atenciosamente,

13 de maio de 2022.

Ronaldo Braga Dantas Filho

Ronaldo Braga Dantas Filho
Psicólogo
CRP 20/10230

ANEXO 5



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DISCURSO RELIGIOSO NEOPENTECOSTAL NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS LGBTI+ NO NORTE DO BRASIL

Pesquisador: ANA PAULA PEREIRA NABERO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 59310422.9.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.531.587

Apresentação do Projeto:

Resumo:

A religião evangélica neopentecostal encontra-se em crescente expansão no Brasil, protagonizando transformações sociais em diferentes esferas, como as religiosas e políticas. É inclusive na região Norte do país que se encontra a maior concentração de fiéis evangélicos. Dentre os discursos disseminados por seus líderes, destacam-se neste projeto de pesquisa os discursos que concernem ao gênero e sexualidade humana. Esses discursos específicos encontram-se emaranhados em um cenário de disputa de poder, sendo constantemente acionados por líderes político religiosos que buscam visibilidade e ascensão. O uso estratégico do discurso religioso neopentecostal acaba por realizar a manutenção de percepções negativas acerca das existências LGBTI+, reforçando uma compreensão "pecaminosa" ou "anormal" dessas expressões. Pessoas

LGBTI+ que se desenvolvem em uma socialização demarcada por esses discursos contrários às suas existências acabam por ter estigmas relacionados à suas subjetividades reforçados. Essa ocorrência pode ser pensada a partir da dimensão dos discursos enquanto fenômeno social, capaz de produzir e atravessar culturas e subjetividades, conforme preconiza o teórico Michael Foucault (2012). A partir de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo interessa-nos

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.531.587

investigar: De que maneiras o discurso religioso neopentecostal desdobra-se nas trajetórias de vidas de pessoas LGBTI+ no Norte do Brasil?

Hipótese:

Não se aplica.

Metodologia Proposta:

A proposta deste projeto é de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, utilizando o estudo de trajetórias de vida. Para acessar as trajetórias e suas interseções com o discurso religioso neopentecostal, serão realizadas entrevistas narrativas e entrevistas semi-estruturadas. A entrevista narrativa terá como objetivo conhecer as trajetórias de vida dos (as) participantes em suas interfaces com o discurso religioso neopentecostal a partir de suas próprias significações. Acredita-se que os conteúdos emergentes nessas narrativas podem

ser capazes de apontar para alguns dos desdobramentos possíveis desse discurso na produção de subjetividades, nas esferas sociais e familiares dos (das) participantes.

Já a entrevista semi-estruturada será aplicada em momento posterior com o intuito de preencher lacunas presentes nos objetivos deste estudo que possam não ter sido contempladas na narrativa principal. É importante evidenciar que as etapas deste estudo serão realizadas de forma não presencial, utilizando meios de comunicação virtual.

As entrevistas narrativas, assim como são previstas em literatura, ocorrerão a partir da formulação de uma pergunta norteadora e se desenvolverão em quatro fases, sendo: 1) A iniciação, apresentando o tópico inicial para a narrativa; 2) A narração central, na qual não haverá interrupções da pesquisadora; 3) A fase de perguntas, que ocorrerá a fim de fornecer mais consistência à narrativa central e, por fim, 4) A fala conclusiva, caracterizada como uma conversa descontraída entre a pesquisadora e o(a) participante (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2017).

Terminadas as narrativas principais, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas. Essa modalidade de entrevista se caracteriza por focar uma temática a partir de um roteiro com questionamentos fundamentais. As perguntas que compõem o roteiro são elaboradas com a intenção de atender aos objetivos propostos no estudo. Apesar de serem mais estruturadas do que as entrevistas narrativas, as entrevistas semi-estruturadas também são capazes de fazer emergir respostas não tão padronizadas, que se expressam de maneira mais livre (MANZINI, 1990/1991).

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5.531.587

Todas as entrevistas ocorrerão através de videochamadas, de maneira online, através das plataformas Google Meet ou Zoom, conforme as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) para a realização de pesquisa com seres humanos no contexto da pandemia da COVID-19. Ressalta-se ainda que a coleta de dados apenas será iniciada após o parecer positivo do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) e assinatura devida do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no link <https://forms.gle/Ae18oaPppb3uCcJZ9>.

As informações coletadas durante a pesquisa serão armazenadas em nuvem, no Google Drive, vinculado ao e-mail de uso pessoal e exclusivo da pesquisadora. Caso necessário, os dados poderão ser acessados também pelo orientador desse estudo. Para a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes, uma vez terminada a coleta de dados será realizado o "download" dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local da pesquisadora responsável.

Para realização de entrevistas narrativas é necessária a elaboração de uma pergunta norteadora (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2017). Para esse estudo, a pergunta norteadora elaborada foi: "Você poderia me contar, como se tivesse contando uma história ou um filme, como foi crescer em um ambiente religioso neopentecostal? De que maneiras esse discurso se desdobrou na sua trajetória de vida?" Já para as entrevistas semiestruturadas o instrumento utilizado é o roteiro de entrevista semi-estruturada (MANZINI, 1990/1991). A pergunta norteadora da entrevista narrativa, e os componentes do roteiro de entrevista semi-estruturada a ser realizada posteriormente encontram-se no mesmo instrumento, que se divide em duas partes e está presente no Anexo D do presente projeto.

Metodologia de Análise de Dados:

Os dados coletados serão transcritos e analisados utilizando a Análise do Discurso (AD) e Análise da Subjetivação a partir das contribuições do teórico Michel Foucault. Apesar das obras publicadas pelo autor não objetivarem construir um campo de AD, o discurso aparece como elemento central nos estudos por ele propostos. Ao utilizar a AD em articulação com os conceitos de Michel Foucault, buscar-se-á os sentidos manifestados nos discursos coletados, compreendendo o sujeito e seu entorno: sua história, ideologia e contexto social ao qual pertence. A escolha dessa modalidade de análise deve-se ao fato de ela compreender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.531.587

e a sociedade que o produziu (NEVES e GREGOLIN, 2021).

Michel Foucault não elaborou um método de análise do discurso, contudo, aqueles que analisam o discurso a partir de suas contribuições dividem esse processo comumente em duas etapas: uma Arqueologia do Saber e uma Genealogia do Poder. O discurso é compreendido, para além de um fenômeno lingüístico, (sic) um fenômeno social. Um jogo estratégico de ação e reação. Uma luta que envolve processos de dominação e esquiva.

Enquanto um jogo estratégico soma-se à compreensão do discurso uma indissociabilidade (sic) do exercício do poder (FOUCAULT, 2003).

Neves e Gregolin (2021) apontam para duas atitudes nesse caminho teórico-metodológico: uma atitude crítica e outra genealógica. A atitude crítica estaria associada à ordem dos discursos. Aos procedimentos que controlam a produção, circulação, ordenamento, exclusão e rarefação. Investigar os procedimentos que controlam as verdades e os discursos permitidos de determinado momento histórico. A atitude genealógica propõe analisar a formação dos discursos em suas relações com os saberes e os poderes. Busca-se ainda, comparar esse discurso com as demais formações discursivas disponíveis no momento histórico analisado, verificando a qual se assemelha e a qual se distancia. Esses dois momentos direcionados nas obras postuladas por Michael Foucault se complementam e promovem uma AD na qual o discurso é conceito central para pensar as subjetividades, os saberes e os poderes.

Abordando especificamente a produção de subjetividades a partir dos discursos circundantes é que será explorado na análise de dados deste estudo uma Analítica da Subjetivação (NETO, 2017). Para Foucault (1984), a subjetivação corresponde aos diferentes modos pelos quais, inseridos em determinada cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. As subjetividades são consideradas a partir de suas produções históricas e geograficamente localizadas e de suas relações com os jogos de verdade que circundam as esferas sociais. Trata-se de uma análise em processos específicos e contextos situados que não compõem uma ontologia universal, mas singular. Ao realizar uma Analítica da Subjetivação se propõe uma ampliação no corpus de pesquisa para além do discurso em si e em direção às práticas institucionais. Essa perspectiva pode contribuir para os estudos em psicologia, uma vez que rompe com a visão individualista da subjetividade e a concebe a partir de sua dimensão coletiva.

Critério de Inclusão:

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.531.587

- a) Possuir idade superior a 18 anos.
- b) Auto identificar-se como Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero e/ou Intersexual.
- c) Ter se desenvolvido no interior de uma família praticante da religião evangélica neopentecostal.
- d) Ser natural e residir na região Norte do país.
- e) Se considerar emocionalmente preparado(a) para falar sobre o tema proposto.

Critério de Exclusão:

- a) Estar sob efeito de substâncias que comprometam a realização da pesquisa.
- b) Estar com as funções mentais comprometidas.

Tamanho da Amostra no Brasil: 7 participantes;

O Cronograma de Execução está detalhado e prevê a etapa de Realização das entrevistas individuais após parecer positivo do Comitê de Ética e Pesquisa;

O Orçamento Financeiro está detalhado e prevê um custo de R\$7100,00 e é indicado Financiamento Próprio.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender de que formas o discurso religioso neopentecostal desdobra-se nas trajetórias de vida de pessoas LGBTI+ no Norte do Brasil.

Objetivo Secundário:

- 1) Identificar os efeitos do discurso religioso neopentecostal na produção das subjetividades, sobretudo na autopercepção e expressão da orientação sexual e/ou identidade de gênero, das pessoas entrevistadas.
- 2) Conhecer eventos atravessados pelo discurso religioso neopentecostal nas esferas sociais,

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.531.587

familiares e subjetivas das trajetórias de vida das pessoas entrevistadas.

3) Compreender as relações de saber, poder e subjetivação envolvidas nesse processo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a pesquisadora responsável:

Riscos:

De acordo com a Resolução nº 466/12 (BRASIL, 2012) todas as pesquisas com humanos envolve riscos em diferentes níveis. Os riscos de participação nessa pesquisa são possíveis constrangimentos ou incômodos em falar de temas relacionados à orientação sexual, identidade de gênero e religiosidade. Em caso de ocorrência, a pesquisadora e psicóloga inscrita sob o CRP 20/10221 irá prestar atendimento psicológico imediato, em sequência o (a) participante será encaminhado (a) para atendimento com o psicólogo Ronaldo Braga Dantas Filho, CRP 10/230, conforme consta em Termo de Anuência presente no Anexo B. Há ainda os riscos relacionados à utilização do meio virtual para a realização da pesquisa como a possibilidade de acesso indevido de dados confidenciais. Para minimizar esses riscos, após a coleta os dados serão transferidos da plataforma digital para um dispositivo eletrônico local.

Benefícios:

Como benefícios diretos dessa pesquisa destacam-se a possibilidade de pensar e falar sobre os desdobramentos do discurso religioso neopentecostal na trajetória de vida dos(as) participantes, a possibilidade de ampliar o autoconhecimento e a oportunidade de representar pessoas que tenham vivências similares. Os benefícios indiretos se referem a contribuições para a ciência psicológica, na medida em que pesquisas posteriores poderão utilizar os resultados e discussão deste estudo como contribuições, a possibilidade de aprofundar os estudos sobre o cenário religioso nacional e suas interfaces com as existências LGBTI+, além de possibilidade de realizar estudos que versem sobre a região Norte do país. Existem ainda os benefícios da utilização do meio virtual para coleta de dados, como por exemplo, a possibilidade de se realizar entrevistas em diferentes estados e cidades do Brasil, o controle do

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5.531.587

risco de contaminação pela COVID-19 e a liberdade do (a) participante em escolher um local de maior segurança para participar das entrevistas deste estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de protocolo de segunda versão do projeto "DISCURSO RELIGIOSO NEOPENTECOSTAL NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS LGBTI+ NO NORTE DO BRASIL", em resposta ao parecer nº 5.475.879;

Pesquisador Responsável:

ANA PAULA PEREIRA NABERO - Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Possui interesse em pesquisa na área de Psicologia Clínica, Psicologia Política e Sexualidade e Gênero (Plataforma Lattes);

Equipe de pesquisa. Estão indicados no PB:

BRENO DE OLIVEIRA FERREIRA - Psicólogo e pedagogo sanitário com doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz (2019). Mestre em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Piauí (2016). Especialista em Saúde da Família pelo Centro Universitário Internacional (2014) e em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual do Maranhão (2016). Atuou como psicólogo e coordenador de equipe no Consultório na Rua (atenção básica) e psicólogo hospitalar da Fundação Municipal de Saúde em Teresina, Piauí (2013-2015). Como psicólogo escolar, atuou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (2015-2019). Atualmente é professor-pesquisador efetivo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus, e atua nos cursos de graduação e mestrado em Psicologia, na linha de processos psicológicos e saúde. Faz parte do Núcleo Docente Estruturante (NDE), do Comitê de Ética em Pesquisa e da Comissão de Equidade de Gênero. É líder do grupo de pesquisa (CNPq) - Núcleo de saúde, sexualidade e sociedade (NÓS), coordenador do Laboratórios de Psicologia, Saúde e Sociedade na Amazônia (LAPSAM), e vice-coordenador da Liga de Psicologia da Saúde e Políticas Públicas. Possui interesse nas seguintes temáticas: saúde das populações LGBTQIA+; gênero, sexualidade e saúde; equidade em saúde e direitos humanos; feminismos interseccionais; vulnerabilidades e determinação social em saúde; e psicologia da saúde com ênfase na perspectiva

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5.531.587

crítica, social e subjetiva dos processos de saúde-adoecimento-cuidado. Atua com pesquisas qualitativas.

ORCID:

<http://orcid.org/0000-0002-0979-3911> (Fonte: Plataforma Lattes);

Natureza do projeto:

Grande Área 7. Ciências Humanas;

O protocolo trata de projeto que deve atender além da Res. 466/2012-CNS a Resolução nº 510/2016 - Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

FOLHA DE ROSTO: ADEQUADA. Apresentada no arquivo Folha_de_Rosto_Ana_Paula_Pereira_Nabero.pdf, 16/05/2022 19:06:01, com a assinatura do pesquisador e do Coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia - UFAM, Prof. Dr. Ronaldo Gomes Souza como instituição proponente;

TERMO DE ANUÊNCIA. Não se aplica a pesquisa;

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ADEQUADO. Apresentado no arquivo INSTRUMENTOS_DA_PESQUISA.pdf, 14/07/2022 22:26:27;

T C L E : A D E Q U A D O . Apresentado no arquivo TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_.pdf, 15/05/2022 20:59:36.

Recomendações:

Este CEP/UFAM analisa os aspectos éticos da pesquisa com base nas Resoluções 466/2012-CNS, 510/2016-CNS e outras complementares. A aprovação do protocolo neste Comitê NÃO SOBREPÕE eventuais restrições ao início da pesquisa estabelecidas pelas autoridades competentes, devido à pandemia de COVID-19. O pesquisador(a) deve analisar a pertinência do início, segundo regras de sua instituição ou instituições/autoridades sanitárias locais, municipais, estaduais ou federais. Pesquisas no âmbito da Universidade Federal do Amazonas devem atender ao estabelecido no Of. Circ. Nº009/PROPESP/2020/2020/PROPESP/UFAM e às orientações do Plano de Contingência da

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.531.587

Universidade

Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19): "As atividades de Pesquisa com seres humanos devem ser suspensas, à exceção das que estejam trabalhando nas áreas de saúde, diretamente relacionadas ao Coronavírus ou que necessitem de acompanhamento contínuo, com as devidas precauções e autorização das autoridades de saúde pública do estado do Amazonas".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram encontrados óbices éticos;

É necessário que o pesquisador responsável envie por Notificação, através da Plataforma Brasil, os relatórios parciais e final, conforme item XI.d. da Res 466/2012-CNS.

E-mail: cep@ufam.edu.br

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1946805.pdf	14/07/2022 22:28:03		Aceito
Outros	INSTRUMENTOS_DA_PESQUISA.pdf	14/07/2022 22:26:27	ANA PAULA PEREIRA NABERO	Aceito
Outros	Curriculo_do_Sistema_Breno_de_Oliveira_Ferreira.pdf	14/07/2022 22:24:49	ANA PAULA PEREIRA NABERO	Aceito
Outros	Curriculo_do_Sistema_Ana_Paula_Pereira_Nabero.pdf	14/07/2022 22:21:58	ANA PAULA PEREIRA NABERO	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	14/07/2022 22:20:38	ANA PAULA PEREIRA NABERO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DISCURSO_RELIGIOSO_NEOPENTECOSTAL_NA_TRAJETORIA_DE_VIDA_DE_PESSOAS_LGBTI_NO_NORTE_DO_BRASIL_CEP.pdf	14/07/2022 22:19:42	ANA PAULA PEREIRA NABERO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Ana_Paula_Pereira_Nabero.pdf	16/05/2022 19:06:01	ANA PAULA PEREIRA NABERO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_.pdf	15/05/2022 20:59:36	ANA PAULA PEREIRA NABERO	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5.531.587

Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVR E E ESCLARECIDO .pdf	15/05/2022 20:59:36	ANA PAULA PEREIRA NABERO	Aceito
---------------------------	---	------------------------	-----------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 17 de Julho de 2022

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com